

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
GRUPO DE PESQUISA PENSAMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO

ANAIS

IV COLÓQUIO DE PESQUISA NEGRA CONTEMPORÂNEA

V JORNADA DO NOVEMBRO NEGRO | UFSB

CAMPUS SOSÍGENES COSTA
PORTO SEGURO-BAHIA
2023

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

C719 Colóquio de Pesquisa Negra Contemporânea (4: 2023: Porto Seguro, BA).
Anais do IV Colóquio de Pesquisa Negra Contemporânea [recurso eletrônico]: V Jornada do Novembro Negro. / Organizadores: Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos et al. – Porto Seguro: UFSB, 2023.

Modo de Acesso: Internet
ISSN: 2764-5134

1. Racismo Epistêmico. 2. Epistemologias Afrocentradas. 3. Educação Antirracista. 4. Enegrecendo as Artes. 5. Feminismos Negros. 6. Pensamento Negro Contemporâneo. I. Santos, Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos. II. Santos, Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos. III. Souza, Lidyane Maria Ferreira de. IV. Almeida, Daniele. V. Monteiro, Pedro Henrique. VI. Título.

CDD: 001.4076

Anais
IV Colóquio de Pesquisa Negra Contemporânea
V Jornada do Novembro Negro

Realização:

Grupo de Pesquisa Pensamento Negro Contemporâneo
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais

Coordenação Geral:

Maria do Carmo Rebouças dos Santos (PPGER/GP-PNC)
Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos Santos (PPGER/GP-PNC)

Coordenação do IV Colóquio Pesquisa Negra Contemporânea

Maria do Carmo Rebouças dos Santos (UFSB/PPGER/GP-PNC)
Lidyane Maria Ferreira de Souza (UFSB/PPGER)
Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos Santos (PPGER/GP-PNC)

Coordenação da IV Jornada do Novembro Negro

Maria do Carmo Rebouças dos Santos (UFSB/PPGER/GP-PNC)
Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos Santos (UFSB/PPGER/GP-PNC)
Daniele Santos Almeida (SEC-BA/GP-PNC)

Organização:

Maria do Carmo Rebouças dos Santos
Lidyane Maria Ferreira de Souza
Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos Santos
Daniele Almeida
Pedro Henrique Monteiro

Identidade Visual

Daniele Almeida

Comissão Científica

Maíra Honorato Marques de Santana
Serinaldo Oliveira Araújo
Sarah Carime Braga Santana
Verônica de Souza Santos
Lidyane Maria Ferreira de Souza
Joceneide Cunha dos Santos
Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito

Sumário

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS	6
PROJETO V JORNADA DO NOVEMBRO NEGRO	8
GT 1- RACISMO EPISTÊMICO, EPISTEMOLOGIAS DO SUL E AFROCENTRADAS.....	9
UM BREVE ESTUDO SOBRE MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: TERREIROS DE CANDOMBLÉ E CASAS DE UMBANDA NA BAHIA	9
AQUILOMBAMENTO DA PSICOLOGIA: UMA PROPOSTA ÀS DISCUSSÕES ACERCA DA SAÚDE MENTAL.....	14
ENTRE RACISMO, ESQUECIMENTO E O DEVER DE MEMÓRIA: O COMÉRCIO DOS PRETOS NA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE TEIXEIRA DE FREITAS, BA.....	18
GT 2- EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS INSURGENTES.....	22
AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO BOQUEIRÃO, TEOLÂNDIA - BA, ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA- TECENDO NARRATIVAS E VIVÊNCIAS.....	22
ITINERÂNCIAS DOS EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU “EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS” (UESC): INDÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO SUL DA BAHIA	25
A CRIAÇÃO DE COMUNIDADES PEDAGÓGICAS COMO PRÁTICA ANTIRRACISTA: UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL E UM MÉTODO DE CONTRAINTERNALIZAÇÃO.	30
DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DE CANAVIEIRAS-BA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	35
GT 3 – FEMINISMOS NEGROS E CORPOS DISSIDENTES.....	38
AS FACES DO PODER: CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES AUTODECLARADAS NEGRAS NO PERÍODO PANDÊMICO EM PORTO SEGURO.	38
IDENTIDADES E FEMINISMOS NEGROS NA POÉTICA DE NEGRA ÁUREA – ESCRITA CONTEMPORÂNEA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE.....	41
COMBATE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RAÇA: UM ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM MUNICÍPIO DO EXTREMO-SUL DA BAHIA	45
O RACISMO OCULTO NO ASSÉDIO MORAL DENTRO DO SERVIÇO PÚBLICO SOFRIDO POR CORPOS NEGROS EM SALVADOR.....	50
COLONIZAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES E DO CORPO DA MULHER NEGRA	53
O DIREITO DAS MULHERES NEGRAS A SAÚDE E AS DIFICULDADES QUE ENFRENTAM NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO BRASIL.....	58
INTERSECCIONALIDADE E DIREITO: A APLICABILIDADE DA INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO SOB O PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ): NOS CASOS DE FURTO FAMILÍCO COMETIDO POR MULHERES NEGRAS.....	62

GT 4 – CULTURA DE RUA E SABERES DESCENTRADOS – 50 ANOS DE HIP HOP...	64
ANÁLISE DAS RIMAS DE RAPPERS FEMININAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VOZ, PALAVRA E POESIA.....	64

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

A V Jornada do Novembro Negro da Universidade Federal do Sul da Bahia é um evento integrante do Programa Permanente de Extensão Jornada Novembro Negro que visa realizar atividades permanentes de reflexão, debate e formação sobre as dimensões que envolvem o Ensino em Relações Étnico-Raciais, ações antirracistas e a centralidade da práxis e da teoria de pensadoras e pensadores Negras(os) contemporâneas(os) para a comunidade acadêmica da UFSB, docentes e discentes das redes de ensino público municipal e estadual, lideranças sociais e sociedade em geral.

Concebida pelos pesquisadores e docentes Maria do Carmo Rebouças dos Santos e Richard Santos, líderes do Grupo de Pesquisa Pensamento Negro Contemporâneo UFSB/CNPq, a IV Jornada do Novembro Negro traz visibilidade à produção intelectual negra no Sul e Extremo-Sul da Bahia, e, por outro lado, centraliza a produção intelectual negra insurgente no Brasil, América-Latina, Caribe e África.

A Jornada ocorre no mês comemorativo da Consciência Negra, alusivo à imortalidade de Zumbi dos Palmares e Dandara dos Palmares, mitos fundadores da luta antirracista e pela vida da Maioria Minorizada no Brasil e em sua quarta edição foi dedicada especialmente ao tema **Cultura de Rua e Saberes descentrados – 50 anos de Hip Hop**.

O IV Colóquio de Pesquisa Negra Contemporânea, organizado pelas professoras da UFSB Lidyane Ferreira, Maria do Carmo Rebouças dos Santos e Richard Santos, pelo especialista e egresso da UFSB Pedro Henrique Monteiro e pela mestra pelo PPGER e professora da rede municipal de ensino de Santa Cruz Cabralia Daniele Almeida, apresentou e discutiu projetos de pesquisa, pesquisas em andamentos, produções teóricas que tangenciaram o tema da V Jornada, objetivando o estudo do racismo, do antirracismo e/ou a mobilização de marcos teóricos e metodológicos de pensadores e pensadoras negros e negras contemporâneos. O Colóquio foi realizado de forma remota, a partir do campus de Porto Seguro no dia 27 de novembro de 2023.

O Colóquio se desenvolveu por meio de quatro Grupos de Trabalhos, a saber: Racismo Epistêmico, Epistemologias do Sul e Afrocentradas; Educação antirracista: abordagens teóricas e práticas insurgentes; Cultura de Rua e Saberes descentrados – 50 anos de Hip Hop; e Feminismos negros e corpos dissidentes. O evento contou com a apresentação oral de 16 trabalhos, os quais estão registrados no presente documento.

O êxito da V Jornada do Novembro Negro só se concretizou por conta do compromisso com a educação como prática da liberdade, com a valorização das estratégias sensíveis e o engajamento crítico e radical de nossas (os) colaboradoras e colaboradores, discentes, técnicos (as), docentes e ativistas sociais que fortaleceram a atividade e fizeram dela um marco histórico nesta

jovem universidade em construção que é a Universidade Federal do Sul da Bahia. Particularmente registramos nosso agradecimento à coordenação do Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais em Porto Seguro, à profa. Lidyane Souza que co-coordenou a quarta edição do Colóquio, assim como a Pedro Henrique Monteiro e a Daniele Almeida que apoiaram sua realização e às(os) colegas que compuseram o Conselho Científico do Colóquio e coordenaram os grupos de trabalho.

Com a parcerias das pessoas e instituições mencionados, com o apoio da gestão universitária, com parceiros (as) aqui visibilizados(as), e com as (os) colegas que caminharam com passos firmes ao nosso lado, particularmente a coordenação do PPGER, é que estes Anais tornam-se parte do registro histórico das atividades formativas da universidade e legado para as atividades futuras que certamente seguirão nos passos constitutivos dessa universidade que se quer plural, pluriépistêmica, antirracista e democrática.

Ásé!

PROJETO V JORNADA DO NOVEMBRO NEGRO

Durante o mês da Consciência Negra, o Grupo de Pesquisa Pensamento Negro Contemporâneo, no âmbito e em parceria com o Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER, do Campus Sosígenes Costa da Universidade Federal do Sul da Bahia, junto com os demais entes universitários da UFSB, gestores municipais, escolas públicas da região e parceiros da sociedade civil e movimentos sociais, promoverá atividades de reflexão e debate sobre a educação étnico-racial, situações de racismo que atravessam a comunidade acadêmica, seu entorno e o país e as estratégias antirracistas formuladas na academia, nas escolas e nas ruas.

Em seu quarto ano a Jornada trará como tema **Cultura de Rua e Saberes descentrados – 50 anos de Hip Hop**. Foram quatro semanas de atividades, com mesas de debates, mostra de cinema, atividades culturais e esportivas e colóquio científico para a integração, visibilidade e reflexão crítica sobre a produção e experiência artística da população negra no Brasil, no extremo-sul baiano e na comunidade universitária.

Uma vez que as comemorações do Dia da Consciência Negra fazem parte do calendário oficial da UFSB – resultado da incidência do nosso projeto - em 2023 o evento buscará articular as ações realizadas pelas áreas finalísticas da universidade em torno da agenda de atividades.

Objetivo

Mobilizar a comunidade acadêmica, a rede pública de ensino, coletivos sociais e a sociedade do Sul e Extremo Sul da Bahia para dialogar e debater sobre a educação étnico-racial, situações de racismo que atravessam a comunidade acadêmica, seu entorno e o país as estratégias antirracistas formuladas na academia, nas escolas e nas ruas.

Atividades

As atividades da V Jornada do Novembro Negro tiveram como objetivo o diálogo coletivo sobre temas que atravessam a educação e as relações étnico-raciais no Brasil e na América Latina, foram realizadas **mesas temáticas, conferências, palestras, relatos de experiência, cursos, assembleias, visitas de campo, cerimônias institucionais, eventos culturais** e o **Colóquio de Pesquisa Negra Contemporânea**. Tais atividades foram realizadas em todos os campi da Universidade Federal do Sul da Bahia, nos formatos presencial, híbrido e remoto, de forma a contemplar o máximo de pessoas possível.

Particularmente destacamos a elaboração pelo Pró-reitor de Extensão e Cultura e coordenador da Jornada do Novembro Negro Prof. Richard Santos, do Memorial para título de Doutor Honoris Causa a Mano Brown, aprovado pelo Conselho Universitário da UFSB e a cerimônia de entrega com a realização da Sessão Extraordinária do CONSUNI realizada dia 1 de novembro de 2023.

**IV COLÓQUIO DE PESQUISA NEGRA CONTEMPORÂNEA
CULTURA DE RUA E SABERES DESCENTRADOS – 50 ANOS DE HIP
HOP**

**GT 1- RACISMO EPISTÊMICO, EPISTEMOLOGIAS DO SUL
E AFROCENTRADAS**

**UM BREVE ESTUDO SOBRE MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIAS DE POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS: TERREIROS DE CANDOMBLÉ E CASAS DE
UMBANDA NA BAHIA**

Elano Santos Silva¹
Jade Assis de Castro²

Objetivos da Pesquisa

As conexões entre território e etnicidade vêm tendo merecida atenção por parte de estudos acadêmicos, em especial atinente ao fluxo migratório oriundo do período escravagista e seus legados sócio-culturais junto à composição da sociedade brasileira, sobretudo através da cultura religiosa de matriz africana e seu lugar enquanto território sagrado no contexto diaspórico.

Conforme narrativas, a primeira metade do século XIX, caracterizou-se pelos vários tratados visando abolir o tráfico negreiro, algo que no Brasil que só ocorreu tardiamente e isto sem equilíbrio social algum por parte do Estado, visto que, como exemplo, tivemos a primeira Lei de Terras do Brasil (1850) institucionalizando-se que africanos e seus descendentes, assim como, os índios não poderiam ter “terras” no território do Império (Cancela, 2012). E isso já traz uma questão primordial, que trata da invisibilidade secular das referências territorializadas de matrizes africana no país, especialmente sobre o lugar das Religiões de Matrizes Africanas e como essas práticas conseguiram resistir, sobreviver ou reconstituir-se ao longo de sofridos séculos, em especial no Extremo Sul da Bahia, na cidade de Porto Seguro-BA, que surgiu séculos atrás na condição de colônia portuguesa e ainda hoje possui o adorno de berço da Nação brasileira. Por isso, neste trabalho, busca-se ampliar conhecimentos sobre identidades étnicas da cultura de matriz africana,

¹Graduado em Filosofia/ UESC-BA, Mestre em Educação/UNEB-BA, Doutorando em Estado e Sociedade/UFSB-BA. E-mail <elanoeducador@gmail.com>

²Bacharela em Humanidades, Universidade Federal do Sul da Bahia. Graduanda em Direito, UFSB. Pós-graduanda em Direito Civil e Processo Civil, Legale Educacional. E-mail <jade.castro@cja.ufsb.edu.br>

com ênfase no reconhecimento de territórios religiosos afro-brasileiros, ressaltando a necessidade de garantir a existência do território através das ações de regularização fundiária, enquanto elemento crucial de preservação identidade sociocultural brasileira.

Metodologia

É possível delinear um possível percurso epistemológico a ser adotado, especialmente no tocante ao viés da metodologia a ser operacionalizada, podendo ter a mesma, um viés simultâneo: qualitativo e quantitativo, a partir primeiramente de um levantamento/mapeamento técnico de dados e informações atualizadas, junto aos Terreiros de Candomblé e Casas de Umbanda, não apenas aqueles/as estabelecidos na cidade de Porto Seguro-Ba, bem como no Estado da Bahia.

Nesse sentido, para culminância de ações plausíveis e que abarque as particularidades dos segmentos da cultura de matrizes africanas/afrobrasileira e a preservação existencial (ambiental e social) do Território Sagrado, se faz necessário revisão bibliográfica, observação participante, entrevistas, estudo etnográfico, pesquisa documental, geoprocessamento, mapeamento e a cartografia social e ambiental, visando melhor entendimento e direção. A utilização da cartografia social e ambiental é uma estratégia, no processo de levantamento de dados e construção do conhecimento territorial através do envolvimento direto dos indivíduos, pois se trata de rico aporte teórico ao desenvolvimento de um mapeamento participativo.

Marco Teórico

As Casas de Axé compõem um segmento que representa grande parte da riqueza cultural do país e se faz preciso considerar que o efetivo combate ao racismo exige também a garantia existencial do território e respectivamente dos direitos culturais da população negra, invisibilizada há séculos, mas resistente ao tempo (Anjos, 2018). Consoante reflexão do Babalorixá Rui do Carmo Povoas (2007) diz que os Territórios Sagrados, afro-brasileiros foram e são forjados pelas heranças culturais africanas e pela resistência face às cruéis injustiças e abandono histórico por parte do Poder Público. Algo que se realça ainda mais quando se faz indagações acerca de registros seguros, oficiais e atualizados referente à temática no Estado da Bahia, localidade com maior número de população negra, depois do Continente Africano.

Nesta perspectiva, conforme levantamentos no município de Porto Seguro-BA, realizados junto a Superintendência de Promoção e Igualdade Racial (órgão municipal responsável por tal compromisso), evidencia-se a insuficiência de dados e registros, tal como escassa literatura específica em plataformas acadêmicas de consultas. Desta maneira, surge a necessidade de compreender a função e o alcance do mapeamento norteado pela cartografia básica e social desses Territórios Sagrados (Terreiros de Candomblé e Casas de Umbanda).

A motivação original pelo assunto nasce não somente da relevância de abordagem sobre o tema, mas especialmente de vivências enquanto candomblecistas e umbandistas, identidade esta que contribui, de forma singular, na percepção acerca de aprendizagens face ao sagrado, a coletividade, a biodiversidade, ao território e a importância das garantias de direitos. Ao passo que escancara situações de preconceitos, racismo e injustiças vivenciadas cotidianamente, além de estratégias de resistências que estimulam respostas, como a potente iniciativa chamada “Terreirada” - um grupo de trabalho e pesquisas, de cunho multi-institucional, que surge atrelado a Entidade Sócio-Cultural Oduduwa e ao Instituto Brasil Chama África, que promove encontros temáticos e ações regulares sobre a Cultura de Matrizes Africana em Porto Seguro-BA.

Em recente trabalho de visitas aos Terreiros de Candomblé e Casas de Umbanda, realizado pela “Terreirada” entre 2020/2021, foram narrados com frequência questões de território e especulação imobiliária, saneamento básico precário, difícil acesso à saúde e a educação além do racismo, dilemas seculares e contextos que reforçam o quadro de invisibilidade social de comunidades tradicionais, sobretudo afro diaspórica, com bem nos traz as reflexões de (Mello, 2010). Diante dos aspectos, observa-se um segmento muitas das vezes sem acesso a direitos sociais básicos, mas que valoriza seus legados ancestrais, tendo o sagrado, a natureza, a resistência, a oralidade e a coletividade enquanto base existencial fundante (Povoas, 2007).

Com o propósito de mapear esses espaços, foi desenvolvido pelo Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO em 1959, sistemático projeto de investigação sobre as Casas de Santo da Capital Baiana, sendo aplicados questionários sobre a história de vida das lideranças, a notoriedade dos terreiros e a situação de seus chefes em termos de reconhecimento social por parte da comunidade (Serra, 2005).

Mais tarde, na década de 80, elaborado pelo antropólogo Ordep Serra e o arquiteto Orlando Ribeiro de Oliveira, o Projeto de Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia (MAMNBA) destinou-se a fazer um levantamento e inventário para adoção de medidas eficazes destinadas a proteção de acervo de bens culturais, templos, áreas consagradas, hortos, obras de arte sacra etc. (Serra, 2005). Pelos idos dos anos 2000, o CEAO desenvolveu novo recenseamento dos Terreiros de Candomblé em Salvador-Ba, com recursos da Fundação Cultural Palmares, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e o apoio da Federação Nacional do Culto Afro- Brasileiro - FENACAB e da Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU, realizando-se na mesma oportunidade um mapeamento para elaboração de políticas de preservação e revitalização ambiental, cultural e religiosa (Santos, 2007). Na busca de iniciativas regionais, há poucas informações ou mesmo estatísticas sobre registros oficiais acerca do Candomblé, da Umbanda e suas respectivas lideranças. Nesse sentido, um

levantamento realizado entre 1998 a 2003, pelo Núcleo de Estudos Afro-Baianos Regionais – KÁWÉ, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-Ilhéus BA) abarcou 32 terreiros. Outro levantamento promovido pela Associação Cultural de Preservação do Patrimônio da Diáspora Africana – Yabas no ano de 2007, registrou cerca de 100 casas de culto, ambas no município de Ilhéus-Ba. Sendo que mais tarde, pesquisadores do KÁWÉ realizaram idas a várias cidades da Região Sul da Bahia, a fim de coletar dados, mas devido a percalços e demais impedimentos, a nobre iniciativa interrompeu-se (Amim, 2009). Após com a retomada do estudo, a pesquisadora e integrante do KÁWÉ - Valéria Amim, desenvolveu rigoroso estudo sobre o Candomblé de Nação Angola no Município de Ilhéus-Ba, abordando enfoques etno-históricos na interpretação e análise do processo vivenciado, desde o início da colonização/escravidão, compreendendo os valores culturais trazidos pelos diferentes grupos africanos até sua reelaboração e reinterpretação no novo contexto.

Mais recentemente, uma pesquisa voltada para o mapeamento dos Espaços de Religiões de Matrizes Africanas no Recôncavo e Baixo Sul, apurou a quantidade desses espaços e investigou as características e suas condições de funcionamento, visando fornecer subsídios para elaboração de políticas públicas. Realizado sob a coordenação do Professor Jocélio Teles e Paula Barreto, o trabalho iniciou-se em 2008 e finalizou em 2012, envolvendo 33 cidades, elencando 420 Terreiros de Candomblé das mais variadas nações (Sepromi, 2016).

Vale mencionar ainda o trabalho denominado “Espaço Sagrado” lançado em (2017) responsável por apresentar o mapeamento de 69 terreiros da Região Metropolitana de Salvador-BA (RMS), sendo 40 localizados no município de Candeias e 29 em São Francisco do Conde, onde reuniu-se dados sobre Religiões de Matriz Africana, para elaboração de mapas temáticos, com a localização e coordenadas geográficas dos Terreiros mapeados e estruturou um portal digital com textos, registros fotográficos, legislações pertinentes, links e orientações sobre os direitos e proteção das religiões de matrizes africana, frente a violências e racismo (Secult,2017).

Por fim, outro generoso aporte referencial encontra-se no trabalho coordenado pelo Prof^o Dr. Rafael Sanzio, intitulado: *Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal* (2018), realizado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) com apoio do Ministério da Cultura (MinC) e em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Este trabalho, teve como resultado, já em sua primeira etapa, a construção de cartografia básica com a localização precisa dos sítios religiosos de matrizes africana existentes, a sistematização de banco de dados com referências espaciais (coordenadas geográficas), registros fotográficos da fachada do terreiro.

Resultados

Diante do exposto, compreende-se como fundamental a preservação da memória afro-brasileira,

através de diferentes propostas de mapeamento e cartografia social e ambiental de Terreiros de Candomblé e Casas de Umbanda. Isso porque, estes são locais sagrados que desempenham um papel significativo como espaços de resistência cultural, espiritual e social. Ou seja, são espaços onde as tradições culturais africanas são preservadas e transmitidas ao longo das gerações, como a língua, a música, a dança, as vestimentas e as práticas espirituais, sendo uma forma de resistência contra a assimilação cultural e a opressão.

As religiões afro-brasileiras têm sido alvos de discriminação racial ao longo da história do Brasil. Os terreiros resistem a essa discriminação ao afirmar a importância das tradições e da espiritualidade afro-brasileira na sociedade e promovendo a conscientização sobre o racismo e o combate a estereótipos. Desta forma, a visibilidade dos terreiros de Candomblé e Umbanda é de extrema importância, uma vez que fomenta a igualdade, a tolerância religiosa e a preservação das tradições culturais afro-brasileiras, além de possibilitar a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todas as religiões são respeitadas e valorizadas.

A partir de alguns mapeamentos realizados ao longo dos anos, especialmente iniciativas regionais, é notável a escassez de informações ou estatísticas relacionadas aos registros oficiais do Candomblé, da Umbanda e de seus líderes correspondentes. Destarte, a invisibilidade das religiões afro-brasileiras nos registros oficiais pode estar intrinsecamente ligada ao racismo epistêmico, que perpetua desigualdades e injustiças ao ignorar, silenciar ou desvalorizar as contribuições e as experiências das comunidades afrodescendentes. Reconhecer e combater o racismo epistêmico é fundamental para promover a igualdade e a justiça social.

Referências Bibliográficas

AMIM, V. **Águas de angola em Ilhéus: um estudo sobre construções identitárias no Candomblé do sul da Bahia**. 2009. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ANJOS, R. S. A. **Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal: 1ª Etapa Cartografia Básica**. (ORG.). Projeto GEOAFRO, Instituto Baobás, CIGAUnB. Brasília, 2018. 216p.

CANCELA F. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763- 1808)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

MELLO, Cecília. **POLÍTICA, MEIO AMBIENTE E ARTE: percursos de um movimento cultural do extremo sul da Bahia (2002-2009)** - Rio de Janeiro- RJ: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFRJ, 2010 (Tese de Doutorado).

PÓVOAS, Rui do Carmo. **Da porteira para fora: mundo de preto em terra de branco**. Ilhéus, BA: EDITUS, 2007.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **Os candomblés da Bahia no século XXI**. Salvador: CEAO, 2007. Disponível em: http://terreiros.ceao.ufba.br/pdf/Os_candombles_no_seculo_XXI.pdf. Acesso em: 27 set 2023.

SECULT. **Mapeamento dos Espaços Sagrados de Matrizes Africanas da Região Metropolitana de Salvador-BA**. In: <http://www.cultura.ba.gov.br/2017/11/14743/Portal-e-lancado-com-o-mapeamento-de-69-terreiros-de-Religiao-de-Matriz-Africana>, Acesso: 27 set 2023.

SEPROMI. **Mapeamento das Religiões de Matrizes Africanas do Recôncavo da Bahia**. 2016. Disponível em <http://www2.cultura.ba.gov.br/2010/06/16/mapeamento-traca-perfil-de-espacos-religiosos-de-matriz-africana/reconcavo-bahia>. Acesso: 27 set 2023.

SERRA, Ordep. **Monumentos Negros: uma experiência**. Revista Afro-Asia, nº 33, CEAO-UFBA, Salvador-Ba, 2005, p.169-205

AQUILOMBAMENTO DA PSICOLOGIA: UMA PROPOSTA ÀS DISCUSSÕES ACERCA DA SAÚDE MENTAL

Deborah Cunha Galvão de Medeiros¹

Objetivos da Pesquisa

O presente estudo tem como objetivo compreender o aquilombamento enquanto perspectiva antirracista e libertária, especificamente, nas discussões acerca da saúde mental.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada a partir de um estudo de natureza básica e abordagem qualitativa. Dessa forma, buscou-se uma aproximação com o tema, a partir de discussões que contribuem com a produção de conhecimento científico. O procedimento utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi do tipo levantamento bibliográfico, logo, através da análise de um material já publicado, fundamentou-se teoricamente o tema em questão, a partir de uma pesquisa realizada, principalmente, em livros e periódicos digitais. A busca pelos periódicos deu-se na plataforma virtual *Scientific Electronic Library Online*, (SciELO). Esta plataforma foi escolhida por ser de acesso gratuito e por reunir importantes publicações científicas acerca do tema em questão. Após a leitura das obras, produziram-se fichamentos (que incluíram tópicos e citações das principais ideias dos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (PPGCISH - UERN), graduada em Psicologia. E-mail: deborah.medeiros.053@ufrn.br

textos) e resumos, que apontaram assuntos essenciais acerca do tema pesquisado. Por fim, produziu-se a escrita do presente texto.

Marco Teórico

Criado pelo naturalista britânico Francis Galton, em 1883, o termo eugenia (boa geração), embasou diversos estudos científicos com o objetivo de intervir na reprodução da população. Orientada pelo darwinismo social, a eugenia tornou-se um “ideal político”, propondo a submissão ou até eliminação das raças consideradas inferiores, Schwartz (1993). Dessa forma, essa perspectiva teórica justificou o racismo, legitimando os discursos que o fundamentam até à contemporaneidade. De acordo com Nascimento (1978), considera-se o racismo enquanto um brutal processo de desumanização, exploração e opressão, apresentando características próprias, dependendo do local onde ocorre. Esse fenômeno varia em estilo, mas fundamenta-se na mesma essência, tornando-se uma construção social e polivalente, sendo imprescindível seu enfrentamento. Além disso, a constante caracterização negativa do povo negro, advinda do racismo, pode ser considerado a partir do conceito definido por Goffman (2004), que define o estigma enquanto a depreciação acerca do espaço, grupo ou indivíduo, objetivando-se a desvalorização de alguns elementos. Para Almeida (2019), é controverso o significado da palavra raça, entretanto, considera-se que esse termo sempre esteve relacionado à ideia de classificação. Segundo Kuratani et al. (2019), auto-ódio, desesperança, culpa e sentimentos de inadequação são frequentemente relatados por pacientes negras, e estão muitas vezes relacionados às situações racistas, vivenciadas por essas pessoas. De acordo com dados levantados pelo Ministério da Saúde, é 45% maior o índice de suicídio entre esses adolescentes e jovens negros, quando comparados com brancos. O racismo, de acordo com esse levantamento, é um dos determinantes responsáveis pelo sofrimento e o adoecimento dessa população (BRASIL, 2018). Em relação ao enfrentamento do negro, ao autoidentificar-se como tal, relata Fanon (2008, p. 79, apud GUEX, 1950, p. 39) “A primeira característica parece ser o medo de se mostrar tal como se é. Há aqui um vasto domínio de diversos temores: medo de decepcionar, de desagradar, de entediar, de cansar”. Quanto a esse tema, especificamente, no Brasil, um dos primeiros estudos registrados acerca do fenômeno do racismo e sua relação à psique humana, são da socióloga e psicanalista Virgínia Leone Bicudo (1910-2003). Segundo Bicudo (2010) os pretos, em determinadas situações, podem demonstrar marcada sensibilidade ligada a cor, apresentando ressentimentos, ódio, desânimos ou queixas, pela falta de solidariedade que existe entre eles. Outro importante estudo realizado sobre esse tema, foi desenvolvido pela psiquiatra Neusa Santos Souza (1951-2008). Segundo Santos, “quando se fala na emocionalidade do negro é quase sempre para lhe contrapor a capacidade de raciocínio do branco”

(2010, p. 38). Infelizmente, frente ao epistemicídio, esses estudos são raramente divulgados para construção do conhecimento científico e dificilmente discutidos no ambiente acadêmico. Considera-se epistemicídio, em Carneiro (2005), enquanto processo de apagamento da produção de saberes de determinado povo. A partir daí, torna-se imprescindível registrar que, como consequência da luta e da resistência contra o fenômeno do racismo, o Movimento Negro, no Brasil, embasou a formulação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em 2009, reivindicando, entre outras necessidades, a prevenção dos agravos à saúde mental, decorrentes dos efeitos do racismo. As consequências psíquicas provenientes do fenômeno do racismo (como humor deprimido, baixa auto estima e sentimentos de inadequação, por exemplo) só foram consideradas a partir de 2014, na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V) que registrou o racismo como um dos motivadores que podem evidenciar consideravelmente o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos, podendo interferir no estabelecimento de segurança e confiança, durante o processo do diagnóstico clínico. Frente às iminentes consequências psíquicas, ocasionadas pelo fenômeno do racismo, propõem-se a perspectiva do aquilombamento da saúde mental, que busca promover a disseminação de práticas antirracistas, desconstruindo-se os estereótipos que caracterizam as pessoas negras, a partir dos conceitos que fundamentam a definição de quilombo. Para Moura (2021, p. 59, apud RAMOS, 1958, p. 3-4), “a solidariedade e a cooperação eram praticadas desde o início dos quilombos”. Segundo esse autor, os quilombos configuram uma importante forma de resistência negra à escravidão, constituindo-se em uma manifestação de luta de classes. De acordo com Nascimento (2002), os negros possuem um projeto coletivo de uma sociedade embasada no respeito, igualdade e justiça de todos os seres humanos, proclamando-se a falência da colonização eurocentrista, a partir do advento da libertação quilombista. O estudo de Veiga (2019), considera que as limitações às definições europeias que embasam a saúde mental, promovem a invisibilidade de 54% da população do país, composta de negras e negros. Para David Emiliano e Gonçalves (2020), aquilombar a saúde mental é buscar propostas e estratégias para que a dimensão racial ganhe centralidade nos debates. Baseando-se nessas premissas, o Conselho Federal de Psicologia, promoveu em agosto de 2023, a reunião dos 24 Conselhos Regionais do Brasil, no evento intitulado de “Aquilombamento da Psicologia: corpos-territórios de afeto, política, resistência e ancestralidade” que fundamentou-se no compromisso da promoção de ações afirmativas, reparatórias e inclusivas, bem como, no acolhimento e reconhecimento das diversidades que compõem a sociedade. Na ocasião aconteceu, ainda, o lançamento da segunda edição do prêmio Virgínia Bicudo, que tem como objetivo a divulgação de estudos produzidos por profissionais da psicologia, ocupados na saúde mental e posicionados a partir de práticas antirracistas. Dessa forma,

a proposta de aquilombamento da saúde mental, baseia-se no compromisso com a diversidade e pluralidade que compõem as produções subjetivas, respeitando-se as singularidades e enfrentamentos vivenciados por aqueles que experienciam, entre outras diversidades e iniquidades, o fenômeno do racismo.

Resultados

O Aquilombamento da saúde mental consiste em uma proposta embasada nas premissas que fundamentam o fenômeno do racismo, enquanto importante motivador do sofrimento psíquico e transtornos psicológicos. Dessa forma, aquilombar a saúde mental é promover ações antirracistas, que legitimem a importância da desconstrução dos fundamentos da branquitude, do “mito da democracia racial” e do epistemicídio. A disseminação da produção do conhecimento realizada por intelectuais negras e negros, bem como, o estudo mais aprofundado com relação ao afetamento psíquico ocasionado pelo fenômeno do racismo busca, antes de tudo, a promoção de uma verdadeira equidade e igualdade entre os sujeitos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo. Pólen, 2019.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Sociologia e política, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília, 2018.

CARNEIRO, Maria Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. FEUSP, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. Coletivo Sabotagem, 2004.

KURATANI, Sayuri Miranda de A; TAVARES, Jeane Saskya C. **Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”**. Psicologia, Ciência e Profissão (online). v.39. p.1-13, 2019. ISSN: 1982-3703. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>. Acesso em: 15 set. 23.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS, **DSM-V**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5ª ed. Teresina : EdUESPI, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **O quilombismo.** Documentos de uma militância pan-africanista. 2ª ed. Brasília: Fundação Palmares, 2002.

SANTOS, Neusa Santos Souza. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em Ascensão Social.** São Paulo: Editora Lebooks, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VEIGA, Lucas Motta. **Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta.** Fractal: Revista de Psicologia (online). v. 31. p. 244-248. 2019. ISSN 1984-0292. Disponível em: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000. Acesso em: 15 set. 23

VICENTIN, Maria Cristina G. e DAVID, Emiliano de Camargo. **Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira.** Saúde em Debate. (online). v. 44. p. 264-277. 2020, ISSN 2358-2898. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E322>. Acesso em: 15 set. 23.

ENTRE RACISMO, ESQUECIMENTO E O DEVER DE MEMÓRIA: O COMÉRCIO DOS PRETOS NA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE TEIXEIRA DE FREITAS, BA

Priscila Santos da Glória¹
Edson Silva de Farias²

Objetivos da Pesquisa

A presente comunicação pretende problematizar as seleções de narrativa do *Jornal Alerta* quanto ao protagonismo do Comércio dos Pretos na fundação de Teixeira de Freitas, BA, analisando as relações entre racismo e o mecanismo de esquecimento. Utilizando a “hermenêutica da condição histórica” de Ricoeur (2007) percorremos a escrita jornalística e a historiografia para garantirmos o “dever de memória” às famílias negras.

Metodologia

Utilizaremos a “hermenêutica da condição histórica” de Paul Ricoeur (2007), a fim de compreender os interesses inscritos no texto, mas para além dele, observando a disputa de memórias na edição

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, UESB. Professora Assistente do Colegiado de História UNEB, XVIII. E-mail: p gloria@uneb.br

² Orientador, Professor associado do Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade da UESB; professor adjunto do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNB.

do texto, e na sua interpretação. Identificando dessa forma, quais enquadramentos se entrelaçam a memória do Comércio dos Pretos, quais seleções são elaboradas para descrever essas famílias, se há estereótipos que constituem o racismo e se há esquecimento ou distorção da importância do comércio nos eventos fundadores da cidade.

Marco Teórico

Ricoeur (2007, p. 95) relaciona a manipulação da memória a um complexo “fenômeno ideológico” que envolve “distorção da realidade” e “legitimação de poder”. A chegada das madeireiras e agropecuárias não foi inventada pelo *Jornal Alerta*, mas sua importância é amplificada, ou seja, distorcida para garantir a legitimidade da ocupação territorial do extremo sul da Bahia, a ideologia da elite local reafirma sua autoridade e poder pela narrativa. A “memória imposta” pelo *Jornal Alerta* se constituiu por uma história oficial “aprendida e celebrada publicamente” (RICOEUR, 2007, p. 98). A reportagem comemorativa publicada todo 09 de maio, aniversário da cidade, utiliza o mesmo texto e até as mesmas entrevistas com as famílias dita pioneiras, o jornal compõe uma narrativa que é lembrada, repetida e compõe uma identidade capixaba/mineira a cidade de Teixeira de Freitas. Para compreendermos o que Ricoeur (2007, p. 99) denominou de dever de memória precisamos alcançar “o coração da hermenêutica da condição histórica”, e avançarmos sobre o contexto histórico que surgiu o “Comércio dos Pretos”. O dever de memória está na dialética entre a lembrança e o esquecimento, e ainda atrelado ao dever de justiça. Em Ricoeur (2007, p. 101) a justiça é um elemento de alteridade, feita para o outro, por isso “o dever de memória é o dever de justiça, pela lembrança, a um outro que não o si”. A cidade de Teixeira de Freitas tem uma dívida com o Comércio dos Pretos, e, portanto, é preciso inventariar o passado para garantirmos o protagonismo negro na história teixeirense. No entanto, Ricoeur (2007, p. 101) nos lembra de que “o dever de memória não se limita a guardar o rastro material”, portanto não basta pagar a dívida, é preciso “submeter a herança ao inventário”, neste ponto o autor nos chama a reflexão que precisamos dar “prioridade moral às vítimas”, ou, a aqueles que já não estão entre nós.

Resultados

A dissertação de Ailton de Oliveira Junior (2019) elenca dois pontos de ocupações importantes para o crescimento da localidade que mais tarde seria Teixeira: a Fazenda Nova América localizada na zona rural de Alcobaça, a beira do Rio Itanhém, remete a sua fundação ao ano de 1923, e a localidade onde ficou conhecida como “Comércio dos Pretos”, onde hoje se encontra a Praça Castro Alves, neste local os primeiros moradores, Manoel Etelvina e Chico D’Água abriram comércios para atender os funcionários da empresa Eleosippo Cunha que chegaram à região em

1950. A fundação de Teixeira de Freitas se configurou com um processo de concentração fundiária, uma ocupação territorial de capixabas e mineiros, processo que expropriou a população negra, que perderam suas terras advindas do pós-abolição. Percebemos que a dominação no extremo sul da Bahia não se dá (apenas) pela ocupação territorial, mas por um discurso “de sedução e intimidação”. Ricoeur (2007, p. 98) ressalta a “função seletiva da narrativa” que manipula, oferecendo tanto “estratégia do esquecimento quanto da rememoração”. Suzana Ferreira (2010) em estudo monográfico questiona a memória em volta da fundação e progresso da cidade de Teixeira de Freitas, contrapondo a narrativa do *Jornal Alerta*¹, com entrevistas de descendentes das primeiras famílias negras a ocuparem e desenvolverem o que ficou conhecido como “Comércio dos Pretos”. Ela levanta uma pergunta salutar para desvendarmos as manipulações em torno da memória: “o referido desenvolvimento de Teixeira de Freitas ocorreria da mesma forma, caso não houvesse o pioneiro povoamento de negros? A atuação destas famílias na zona rural teria funcionando como base de sustentação no referido crescimento local?” (FERREIRA, 2010, p. 40). Ferreira (2010, p. 53) ressalta que o *Jornal Alerta* na edição comemorativa do 23º aniversário de Teixeira de Freitas afirmou que o “comércio dos pretos não apresentava perspectiva de crescimento”. Oliveira Junior (2019, p. 92) analisou um documento elaborado pelo Banco Nordeste em 1986, designado como “monografia-reportagem”, que traçou um histórico do município a partir dos relatos dos moradores, denominados como “pioneiros”. Cida Bento reforça que a branquitude narra a si mesma para não perder privilégios (2022). É o que percebemos quando analisamos o especial de aniversário de 24 anos da cidade de Teixeira de Freitas do *Jornal Alerta*, com as manchetes: “Movimento migratório: contribuições para o desenvolvimento cultural e econômico da cidade” que trata da chegada de comerciantes, pecuaristas e agricultores; e a outra matéria: “Os capixabas: da exploração de madeira à exploração do intelecto” para tratar da contribuição econômica e cultural provinda da migração dos capixabas com suas madeiras para a região. Analisando as notícias em bloco identificamos que o jornal ressalta que a cultura indígena e negra era predominante no início do povoado, mas como era muito “rural” foi sendo substituída pela cultura capixaba de origem italiana. Gayatri Spivak (2010, p.61) problematizando as contribuições de Michel de Foucault questiona se “tornar visível” é o mesmo que “tornar vocal”? É no entre meio dessa problemática que gostaríamos de analisar a notícia intitulada “Comercinho da Mata” que está presente no *Jornal Alerta* (2009, p. 14-15) na mesma edição comemorativa do vigésimo quarto aniversário de Teixeira de Freitas. Embora o “comercinho da mata” tratava-se do Comércio dos Pretos, o subtítulo da notícia enfatizou: “Os primeiros médicos, a primeira farmácia, o primeiro

¹ Fundado em 1986 na cidade vizinha Medeiros Neto, teve sua sede transferida para Teixeira em 1990. Disponível na internet: <https://jornalalerta.com.br/29-anos-do-jornal-alerta/>. Acessado em 19 de outubro de 2021.

fazendeiro e os primeiros nomes de Teixeira de Freitas”, mas ela inicia com a seguinte frase: “Comercinho da Mata é aquilo mesmo. A primeira coisa que bota pra vender é a pinga”, narrativa retirada da entrevista com Pedro Guerra Filho. Por que iniciar a narrativa evocando a cachaça? E não as famílias responsáveis pelo comércio? Não há interesse em garantir o protagonismo das famílias negras, mas de diminuir a atuação destas e a importância do comércio, quando o mesmo é designado no diminutivo “comercinho”. Silvio Almeida (2019, p. 36) afirma que o racismo na contemporaneidade é “tanto evidente quanto dissimulado”, ressaltando que o “racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo o momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional”. Percebemos que a reportagem do Alerta tem um viés racista dissimulado através da seleção da narrativa. A seleção é um mecanismo de esquecimento que institucionaliza o racismo. Se narrar a si mesmo garante a continuidade de privilégios da branquitude, poderíamos afirmar que ser lembrado é um privilégio? Alicerçada na narrativa fundadora da cidade de Teixeira de Freitas que lembra a chegada dos capixabas e mineiros, e esquece o Comércio dos Pretos, quando até dá visibilidade no jornal para ele, mas seleciona a narrativa, destacando um lugar pequeno, sem desenvolvimento, realizado por famílias descendentes de pessoas escravizadas, assim o Alerta dá vocalidade ao Comércio dos Pretos? Ricoeur (2007, p. 455) resalta a narrativa como elemento primordial das estratégias de esquecimento, pois “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela”, dessa forma as narrativas são sempre configuradas e reconfiguradas. Denominar o Comércio dos Pretos de “comercinho” é usar a narrativa como um mecanismo de esquecimento. Embora o *Jornal Alerta* em edições comemorativas ao aniversário da cidade de Teixeira de Freitas noticiar sobre o Comércio dos Pretos, a seleção da narrativa adotada pela imprensa impede o direito à memória as famílias negras que fundaram o Comércio, e assim participam efetivamente dos eventos fundadores da cidade. A narrativa é carregada de estereótipos que compõem um mecanismo de esquecimento, ao mesmo tempo em que institucionalizam o racismo no extremo sul da Bahia. É ainda necessário inventariar o passado, garantindo vocalidade ao Comércio dos Pretos, e, portanto constituindo o dever de memória.

Referências Bibliográficas

- ALERTA, Jornal. **Documentário de Teixeira de Freitas dos 23 e 24 anos**. 2008; 2009.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FERREIRA, Suzana Teodoro. **A vida privada de negros pioneiros no povoamento de Teixeira de Freitas na década de 1960**. Monografia. (Graduação em História) Universidade do Estado da Bahia. Teixeira de Freitas –BA, 2010.

OLIVEIRA JUNIOR, Ailton. **Industrialização, povoamento e extrativismo: da formação do extremo sul baiano à formação do “Comercinho dos Pretos” na década de 1950**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GT 2- EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS INSURGENTES

AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO BOQUEIRÃO, TEOLÂNDIA - BA, ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA- TECENDO NARRATIVAS E VIVÊNCIAS.

Daniele Souza Alves¹

Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos²

Mauricio Santana³

Dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2022, sinalizaram que o Brasil tem 1,3 milhão de pessoas que se identificam como quilombolas, e quase 70% destes quilombolas concentram-se na região nordeste, em especial, no estado da Bahia onde se concentra a maior quantidade de negros do Brasil (IBGE, 2022). Quando nos referimos a

¹Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER/UFSB), e-mail: dany_salves@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4428-4913>

² Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), e-mail: mariadocarmo@ufsb.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2719-7996>

³Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estado Sociedade (PPGER/UFSB), e-mail: profmsantana@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2377-6667>

história da região do Baixo Sul da Bahia percebe-se que esteve por muito tempo direcionada às produções do cacau e seus desbravadores não estabeleceram narrativas quanto à resistência das pessoas negras escravizadas, inerentes à suas memórias e vivências históricas neste território. As comunidades quilombolas na atualidade são atravessadas por inúmeras situações que envolvem o processo de reconstrução identitária em consequência das questões políticas e sociais. Na perspectiva de preenchimento dessa lacuna, a presente pesquisa pretende reconstruir e discutir as práticas educacionais predominantes em comunidades quilombolas, que ainda enfrentam desafios no resgate das lutas por igualdade, flagrante desvalorização dos saberes ancestrais e a perpetuação de comportamentos e representações sociais discriminatórias. Objetiva-se ainda compreender qual tem sido o sentido de uma possível educação antirracista na Escola Municipal João Batista, para a reconstrução da identificação quilombola do remanescente do Boqueirão, com a pretensão de contribuir para a desconstrução de mecanismos do senso comum e do imaginário social e cultural impregnados de preconceitos raciais; analisar quais as práticas e abordagens pedagógicas utilizadas pelos professores da Escola João Batista na tentativa de um possível resgate da identidade quilombola na região. O lócus dos estudos será na Escola João Batista, localizada na comunidade remanescente do Boqueirão, que é basicamente habitada por descendentes de pessoas africanas escravizadas e que lá chegaram no século passado. A região é reconhecida pela Fundação Palmares como área remanescente quilombola, processo nº 01420.007302/2011-91 correspondente ao levantamento do Governo Federal, relativo às comunidades quilombolas do Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que será realizada em dois momentos: na primeira fase, serão realizadas visitas a comunidade remanescente de quilombo do município de Teolândia-Bahia, no intuito de conhecer melhor a situação em que se encontram a comunidade no município no que tange principalmente ao aspecto educacional. Essas visitas constituirão como a fase exploratória da pesquisa, fornecendo dados para melhor contextualização da comunidade quilombola do Boqueirão na atualidade, onde se situa o objeto de pesquisa: reconstituição de práticas pedagógica anti racistas singulares. O segundo momento realiza-se à através da busca dos estudantes e docentes da Escola Municipal João Batista de seus moradores sobre trajetórias dos fundadores da comunidade, assim como da observação do cotidiano, pautar, de modo sistematizado, a história desta comunidade. A partir dessas narrativas, será observado pelo pesquisador como as práticas dessas docentes vem ressignificando a visão que os estudantes têm sobre ser remanescente quilombola. Os mecanismos utilizados para concretização da pesquisa em questão serão a entrevista, o registro de caderno de campo, registro fotográfico, análise documental, a gravação. Nas duas fases da pesquisa, a escolha dos sujeitos levará em conta seus possíveis saberes, considerando os objetivos da pesquisa, que tragam relatos importantes e relevantes para a história

da comunidade e que concordem em ser entrevistados. Como aporte teórico, dialogaremos com Jonh Collier (1973); Sueli Carneiro (2023); Nilma Lino Gomes (2017); Lélia Gonzalez (1984); Bell Hooks (1994); Clóvis Moura (1995); Abdias Nascimento (2002), José da Silva Ribeiro (2005) dentre outros documentos e legislações que tratam da temática. Como resultado final do trabalho de pesquisa será produzida uma revista informativa sobre a educação antirracista na comunidade quilombola de Boqueirão – Teolândia Bahia, Escola João Batista e o memorial dissertativo do mestrado.

Palavras- chave: Educação Antirracista; Educação Quilombola; Quilombo Boqueirão; Remanescente Quilombola Baixo Sul.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 06/09/2023.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 424-495.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas: Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>. Acesso em: setembro de 2023.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do Outro como não ser e como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2023.

FLABANI, Adelmir. Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes. [1532-2004]. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304 p.

GOMES, Nilma Lino. GOMES, Nilma Lino. O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, ANPOCS, 1984.pp. 223-244.

HOOKS, B. Teaching to transgress : education as the practice of freedom. Publishing company: Routledge, 1994.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro de 2022.

MOURA, Clóvis. "Quilombos: resistência ao escravismo". Estudos Afro-Asiáticos, n. 28, p. 89-102, 1995.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo : documentos de uma militância. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980. Brasília Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ OR Editor Produtor, 2002.

ÔRÍ. Direção de Raquel Gerber. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital. Disponível em: <<https://www.facebook.com/uniaodetodasasnacoes/videos/1878768139068550/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ITINERÂNCIAS DOS EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU “EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS” (UESC): INDÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO SUL DA BAHIA

Luciana Santos Leitão¹

As políticas públicas de promoção da igualdade racial na educação promovidas pelo Ministério da Educação – MEC e pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, em meados dos anos 2000, buscavam atender às modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 no que diz respeito ao ensino das relações étnico-raciais, ao estimular ações de instituições do ensino superior para qualificação de docentes na educação básica.

Várias ações de formação docente e elaboração de material didático foram fomentadas pelo governo federal, mas a infraestrutura para atuação da execução da lei dependeria, como a pesquisa de Dalila Negreiros (2017) indica, de um cenário de participação de movimentos sociais.

A vivência acadêmica na UESC² permitiu acesso a documentos e relatos sobre a existência da Especialização em Educação e Relações Étnico-raciais ofertada por esta instituição entre os anos de 2005 e 2008, através do Programa de Democratização do Acesso e Permanência de Estudantes das Classes Populares – PRODAPE. Esta confluência de fatores aproximou-me deste grupo de

¹ Doutoranda do PPGES/UFSB, Professora Assistente da UESC/DCIE e Licenciada em Ciências Sociais. <https://orcid.org/0000-0001-5427-1971>. E-mail lleitao@uesc.br

² Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior.

docentes e profissionais oriundos daquela especialização, despertando, deste modo, esta proposta de pesquisa.

Este texto trata de algumas reflexões colhidas no desenvolvimento da pesquisa em curso no doutorado que tem como objetivo geral identificar como a trajetória dos egressos da Especialização em Educação e Relações Étnico-raciais ofertada pela UESC entre os anos 2005 e 2008 resulta na implementação da Lei 10.639/03 no Sul da Bahia, através da formação de docentes para execução da lei nos espaços escolares e não-escolares.

A questão de investigação da presente proposta de pesquisa é: em que medida a implementação da Lei 10.639/03 no Sul da Bahia se relaciona com a trajetória docente e/ou profissional dos egressos da especialização em Educação e Relações Étnico-raciais ofertada na UESC entre os anos de 2005 e 2008?

Especialização em Educação e Relações Étnico-Raciais na UESC

Em meados dos anos 2000, políticas de promoção da igualdade racial na educação, fruto de protocolo de intenções entre o MEC e a SEPPPIR, intencionaram articular ações interseccionais da educação das relações étnico-raciais e da educação antirracista. No ano de 2005, o MEC, para estimular atividades de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) e centros e núcleos de universidades públicas estaduais e federais, organizou o Programa Uniafro¹. O Edital nº 01 do Uniafro, de 26 de abril de 2005, constitui uma das estratégias para estimular ações de promoção da igualdade racial. O Uniafro teve vigência entre os anos de 2005 e 2012 por meio de quatro editais nos anos de 2005, 2006, 2008 e 2009, segundo informações de Negreiros (2017) sobre dados publicados no Diário Oficial da União a respeito dos convênios com as universidades contempladas pelos editais.

A Especialização Educação e Relações Étnico-raciais integrou o Programa Bantu-Iê: África- Brasil e Educação das Relações Étnico-Raciais, que foi uma proposta selecionada nos editais do UNIAFRO/MEC de 2005.2 e 2006.1 (Jose, Meireles, Dias, Galdino e Gonçalves, 2012). O Programa Bantu-Iê foi elaborado pelo Programa de Democratização do Acesso e Permanência de Estudantes das Classes Populares (PRODAPE), que iniciou suas atividades no mesmo ano na UESC. O PRODAPE estava lotado no DCIE – Departamento de Ciências da Educação na UESC

1 Universidade Estadual de Santa Cruz.

e foi uma estratégia de ação conjunta com o Projeto Pré-Universitário para Negros e Excluídos (PRUNE) para possibilitar a continuidade das atividades do PRUNE.

Os editais dos quais a UESC/PRODAPE participou no programa Uniafro/MEC de 2005 e 2006 tinham como objetivo, segundo Negreiros (2017), apoiar as ações que devem ou deveriam ser implementadas nas instituições públicas de ensino superior visando atuação e o fortalecimento institucional dos NEABs e/ou órgãos correspondentes. O Programa PRODAPE – Bantu-Iê, segundo relato (Jose, Meireles, Dias, Galdino e Gonçalves, 2012), resulta da mobilização ativa de movimentos sociais e da sociedade civil, que pressionaram por discussões e iniciativas de ações afirmativas no espaço acadêmico na UESC. Segundo os pesquisadores, a existência deste programa foi fundamental para o processo de adoção de cotas, efetivado na UESC em 2006.

A implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é resultado da mobilização social, e desta ação decorrem “exigências éticas, epistemológicas, pedagógicas” (Brasil, 2004a, 2004b) que buscam conhecer e desvendar as condições e contextos sobre como são tecidas as relações sociais para o exercício da cidadania. (Silva, 2007)

No processo de ensinar e de aprender em sociedades multiétnicas, deve-se tratar de identidades e de conhecimentos que indiquem como as relações de poder refletem as estruturas de desigualdades sociais e étnico-raciais. Participar de formação na temática Étnico-racial significa uma busca quanto à resistência ao poder que é silenciado, que existem diferentes entendimentos e aponta para a complexidade presente no cotidiano familiar e escolar, o que segundo Cavalleiro (2000) é um dos modos como os espaços escolares podem reagir no enfrentamento das questões étnico-raciais.

Os egressos da Especialização em Educação e Relações Étnico-raciais na UESC vivenciaram, como citado por Abramowicz e Silvério (2004, 2005) apud Silva, “a diversidade como construção social, cultural, histórica das diferenças” (2007, p. 497/98).

Conhecer as experiências e trajetórias desenvolvidas por professores egressos daquela especialização ofertada no Sul da Bahia, negros e não negros, que podem ter apoio do Movimento Negro ou de outros movimentos sociais, pode ser entendimento e suporte para execução da determinação legal apontada no Parecer CNE/CP 3/2004, do Conselho Nacional de Educação.

Narrativas na formação docente em relações étnico-raciais - primeiras trilhas metodológicas

No momento que construção deste texto me encontro em pesquisa exploratória e descritiva, que visa levantar os egressos que são os sujeitos de pesquisa. O Relatório de Conclusão do Curso em Educação e Relações Étnico-raciais da UESC indica que sessenta e cinco (65) pessoas concluíram o curso de especialização. A delimitação dos sujeitos participantes da pesquisa será vinculada pela atuação destes sujeitos na Educação Básica após conclusão da pós-graduação.

Quanto aos procedimentos técnicos, nesta pesquisa serão utilizadas pesquisa bibliográfica e/ou documental, pesquisa de campo e coleta de dados através de formulários e entrevistas para possibilitar a caracterização de um grupo e um dado fenômeno, e oportunizar a construção de narrativas sobre a implementação da Educação em relações étnico-raciais no sul da Bahia.

Investigar a implementação da Lei 10.639/03 no Sul da Bahia mediante as trajetórias dos egressos desta Especialização em Educação e Relações Étnico-raciais é acessar as narrativas dos egressos que podem indicar “*um traço* no lugar dos atos, uma relíquia no lugar das performances”: esta é apenas o seu resto, o sinal de seu apagamento. (Certeau, 1994, p. 99, grifos do autor) analisar os relatos/narrativas é buscar uma projeção de um contexto - da oferta sobre a primeira especialização gratuita na UESC, pela escuta dos profissionais formados que concretamente podem ter realizado efetivamente a implementação da Lei 10.639/03.

O que pode ser compreendido nos relatos sobre as dificuldades e bloqueios durante o relato dos egressos, como alerta Pollak, pode não indicar esquecimentos, mas o entendimento da utilidade de falar sobre acontecimentos sociais e ou acadêmicos daquele momento de formação no curso, que de algum modo pode descrever o contexto das questões raciais no Sul da Bahia, o autor indica que “no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (Pollak, 1989, p.15)

No momento de contato e escuta do relato das vivências com os egressos da Especialização, os sujeitos da pesquisa, na performance da oralidade estará presente, nos gestos - como uma prática performática, improvisada pode indicar uma experiência enraizada. O corpo em performance, segundo Leda Martins (2003), remete a inscrição do conhecimento grafada no gesto, revelando o que está oculto em texto, a memória do conhecimento, que recriado em ambientes de memória ou por repertórios orais, gestuais são técnicas de transmissão de saberes.

Dos cruzamentos de diferentes saberes, cultura negra, de outras interpretações sistêmicas e epistêmicas já decorrentes da atuação de egressos e militantes negros e de ações pontuais da UESC

sobre questões raciais? São encruzilhadas? Estão em execução ou em ações nos espaços escolares ou nas reformulações curriculares em andamento?

Algumas considerações

Os itinerários dos egressos da Especialização em Educação e Relações Étnico-raciais na UESC podem apontar para tramas sociais e históricas específicas da região Sul da Bahia, e podem ajudar na construção de reflexões do fazer pedagógico, permitindo-nos entender e estabelecer elementos de articulação e planejamento quanto às realidades vivenciada e à análise desde a formação inicial dos licenciandos no Sul da Bahia até a construção de estratégias de formação específicas para a realidade deste espaço social.

Esta pesquisa pretende somar-se a outras já realizadas e discutidas no Brasil e, também, na Bahia sobre formação docente para implementação da Lei 10.630/03. Objetiva-se contribuir com as especificidades da dinâmica de execução desta temática na Educação Básica no Sul da Bahia. Desejamos instigar a construção da elaboração de um plano regional de formação e apoio de docentes da Educação Básica na Educação para as Relações étnico-raciais do Sul da Bahia.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004a. <www.mec.gov.br/cne>.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar, ao silêncio da escola. Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: usos e táticas. In: _____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. pp. 86-100.

FIGUEREDO, Diogo Barbosa. FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. Políticas de ações afirmativas: estudo das reservas de vagas da Universidade Estadual de Santa Cruz. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v.10, n.3, setembro de 2017. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2017v10n3p140/35278>

JOSE, Wagner Duarte José, MEIRELES Andréa Maria Brandão, DIAS, Girlene Écio Damasceno, GALDINO, Daniela, GONÇALVES, Alba Lucia. A implantação da reserva de vagas na universidade Estadual de Santa Cruz: uma trajetória de mobilização social. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012. p.149 - 162

MARTINS, Leda. Performances da Oralitura: Corpo, Lugar da Memória. **Letras**, [S. l.], n. 26, p. 63–81, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881>. Acesso em: 15 set. 2022.

MEIRELES, Mariana Martins de M. SOUZA, Elizeu Clementino de. Experiências espaciais e (auto)biografia: geobiografizando a vida e a profissão em contextos rurais. In: PASSEGGI, Paula P.V. SOUZA, Elizeu Clementino (orgs.) **Pesquisa (auto)biográfica: narrativas de si e formação**. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2013. pp 195 - 208

NEGREIROS, Dalila F. Africanidades e Uniafro: experiências inconclusas. In: _____ **Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 93-141. ISBN: 978-85-68576-94-6. <https://doi.org/10.7476/9788568576946.0004>.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. volume 2, número 03, Rio de Janeiro, ano 1989, pp 03-15.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. Porto Alegre/RS, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007

A CRIAÇÃO DE COMUNIDADES PEDAGÓGICAS COMO PRÁTICA ANTIRRACISTA: UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL E UM MÉTODO DE CONTRAINTERNALIZAÇÃO.

Henrico dos Santos Iturriet¹

Resumo

Este resumo versa sobre a construção de uma práxis antirracista calcada nas análises freireanas sobre a pedagogia do oprimido, ao passo que bebe da filosofia da libertação, e os exemplos concretos das comunidades e instituições antirracistas observadas durante a pesquisa bibliográfica utilizada para a composição dos argumentos. Ademais, salientou-se o caráter emancipatório da educação e da necessidade de um novo modelo de contrainternalização visando a libertação consciente da população oprimida e negra brasileira, a fim de concretizar a aspiração ideal-material das possibilidades de transformação da sociedade atual, regida pela lógica do capital e que

¹ Bacharelado em Sociologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), licenciando em Letras-Português na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: henricoi@hotmail.com. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6921697640610865>

permanece presa a estruturas causais clássicas das ciências sociais incidentes na dificuldade existente no campo de pesquisa da educação para a superação deste mesmo modelo. Deste modo, o foco da pesquisa se estruturou na tentativa de responder questões ainda pertinentes que rondam os eixos de poder coerentes entre si, para a superação de um modelo antigo de educação e a reavaliação crítica de suas práticas

Palavras-chave: Educação; Antirracista; Comunidade pedagógica.

Objetivo da pesquisa

Levou-se em consideração a problemática pautada por Mészáros em “A Educação Para além do capital” (2008), para construir uma proposta que justificasse o reavivamento da pedagogia do oprimido (FREIRE, 2022), a autonomia necessária para a consolidação de um sujeito latino-americano e negro autêntico (FREIRE, 1996; DUSSEL, 1995; RIBEIRO, 2017) e os exemplos práticos das reflexões sobre comunidades pedagógicas articuladas pelos diálogos do livro “Ensinando a Transgredir” de Bell Hooks (2017). Diante disso, a articulação necessária para compor uma nova práxis do oprimido antirracista tende a se submeter a uma avaliação crítica de artigos utilizados que denunciam a exclusão curricular da história real dos indivíduos negros (SOUZA *et al* 2022; FLORES *et al*, 2016; FERREIRA, 2012; FERREIRA, 2016) mas, além disso, compor uma crítica as práticas de fato que incidem na reflexão dos docentes (HOOKS, 2017; FREIRE, 2022) e a contrainternalização necessária (MÉSZÁROS, 2008) para a composição de uma sociedade alternativa pautada na *igualdade substantiva* (MÉSZÁROS, 2011) e continuada. Compreendeu-se que a educação é sempre um devir e um vir-a-ser mais (FREIRE, 2022), e que “ninguém é sujeito da autonomia de ninguém” (FREIRE, 1996, p. 107) e não ignorou-se a estruturalidade causais da estrutura social viva (QUIJANO, 2009) e a necessidade de articular as práticas pedagógicas num caminho primordialmente antirracista, devido a necessária dissolução do racismo estrutural (ALMEIDA, 2020). Portanto, o objetivo desta pesquisa é viabilizar um novo método de reflexão às práticas pedagógicas e a formação de uma práxis antirracista para a construção de comunidades pedagógicas autogeridas para a contemplação plena da necessidade de transformação histórica (MÉSZÁROS, 2007) que sonda a recobrança da voz do sujeito negro (NASCIMENTO, 2021) e a superação da desigualdade racial capitalista (GONZALEZ, 2020) que perdura desde 1500 na história brasileira.

Método

Os métodos utilizados visam sobre a consagração do viés da pedagogia do oprimido de Paulo Freire, que respalda por si só na análise histórica e dialética das proposições analisadas (MARX;

ENGELS, 2019). Logo, escolheu-se um caminho decolonial (SEGATO, 2021; QUIJANO, 2009) e antirracista (CARINE, 2023; MOURA, 2019) para contemplar o que o pensamento eurocêntrico inviabiliza na institucionalização da ciência e da voz pertinente em sua subjetivação (RIBEIRO, 2017). Portanto, além de análises bibliográficas, houve a interpretação dos dados referidos graças a contraposição explícita da necessidade de formação de sujeitos autênticos, discorrida pela filosofia da libertação de Dussel (1995) e a proposta de contrainternalização ainda não construída especificamente por Mészáros, em suas obras (2008). Então, esta pesquisa, além de rigorosa cientificamente, é ideologicamente ligada à transformação e a uma teoria de transição necessária para a superação do modelo de capital previsto ainda como regente de poder na estrutura capitalista e racista na sociedade contemporânea.

Marco Teórico

A união dos conceitos analisados se deu principalmente graças à realidade dinâmica das ciências sociais e a possibilidade de articulação entre as diferentes teorias e propostas necessárias para a transformação da realidade social (MÉSZÁROS, 2008). Por conseguinte, o momento em que a objetividade se encontrou com a referência necessária da práxis (FREIRE, 1996), foi no contato com o trabalho “Como ser um educador antirracista” (2023) onde Carine expõe a construção de uma escola antirracista com o objetivo de alinhar a necessidade de transformação não só do conteúdo necessário para a formação de sujeitos autoconscientes e que tenham a capacidade de se autogerir através dos caminhos propiciados pela educação, mas também, pela autonomia própria de refletir sobre o espaço formado para a construção de uma comunidade pedagógica qualitativamente diferente das estruturas causais que condicionam as práticas pedagógicas dos docentes formalizados em outras instituições de ensino.

Resultados e discussões

Devido a necessidade de uma articulação prática entre o objetivo da pesquisa e das críticas necessárias a construção perene de trabalhos alinhados na mesma temática, deu-se primazia em contrapor a necessidade não de pensar somente os conteúdos necessários para a prática antirracista, que foi uma das principais questões encontradas no levantamento do referencial teórico, mas antes, questionar o motivo pelo qual os autores destes trabalhos não visavam a transformação das práticas, de fato, de sua construção pedagógica em sala de aula e a vigência ideológica que o sistema ainda logra com a concepção de *pedagogia bancária* (FREIRE, 2022) duramente criticada no século XX.

Deste modo, ao produzir uma introdução focada na existência de moldes ainda não superados e repensados pelos pensadores decoloniais (SEGATO, 2021; QUIJANO, 2009; DUSSEL, 1995),

reparou-se na necessidade de reavivamento do Ser Questionador de Paulo Freire e sua concepção de educação libertária, a par da articulação das ideias de Bell Hooks, que segue a mesma visão, para a construção de uma alternativa pedagógica que não trata somente dos conteúdos a serem ensinados (variáveis devido a natureza da turma e da contextualidade da turma), mas, de fato, pelo incremento de reflexão necessária de repensar os entraves estruturais que incidem não só como um formalismo nas práticas de ensino, mas como condicionantes e muitas vezes determinantes destas para a produção de um novo sujeito (seja ele mantenedor da ordem ou que visa sua transformação) (MÉSZÁROS, 2008).

Portanto, ao contextualizar a situação do racismo à brasileira (ALMEIDA, 2020; GONZALEZ, 2020; MOURA, 2019) e suas práticas objetivas e estruturais no trabalho de apagamento e invisibilização da construção de saberes e de autoconsciência crítica própria (RIBEIRO, 2015; RIBEIRO, 2017; NASCIMENTO, 2021), foi necessário alinhar a ideia de práxis de Paulo Freire (2022) com a suas ideias construídas em “Pedagogia da Autonomia” (1995), para recobrar a materialidade da memória negra e sua indiscutível proposição revolucionária de transformação da subjetivação dos sujeitos negros e de sua demanda história própria dos movimentos que assim reivindicam a consciência negra (GONZALEZ, 2020).

Como resultado, chegou-se a conclusão que a transformação qualitativa dos métodos de emprego das práticas pedagógicas necessitam de uma orientação ontológica da práxis antirracista contrainternalizante, que recobra numa criação de autonomia, e que articula as diversas facetas das teorias aqui apresentadas, ao passo que contempla a necessária superação do modelo encontrado hoje na estrutura social para compreender a essência contínua do movimento da história, das ações dos indivíduos e dos próprios interesses que regem as duas demandas autônomas, ao passo que a educação, de fato, se torna um mecanismo de reivindicação de consciência, de voz e de recobrança ativa, que trabalhe objetivamente contra a internalização feita pela ordem social dominante, branca, capitalista e segregária por seus valores concomitantes a este mesmo objetivo.

Considerações finais

Em conclusão, entendeu-se que a necessidade objetiva de uma educação e uma práxis articulada com a demarcação antirracista ainda necessária para superar as estruturas contemporâneas da sociedade brasileira, que visam a manutenção do sistema de poder e caminham com a lógica das relações do capital, são primordiais para a reflexão objetiva deste trabalho e sua proposta revolucionária diante do método opositivo à lógica da conservação e positivo à lógica da libertação.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus, 1995.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus. Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores. **Educação Pública**, v. 21, n. 46, p. 275-288, 2012.
- FERREIRA, Michele Guerreiro. Saberes indispensáveis a práxis educativas antirracistas. **Insurgência**, v. 8, n. 2, 2022.
- FLORES, Elio Chaves *et al.* Da teoria ao ato: refletindo sobre educação, reconhecimento e antirracismo. **Política e Trabalho**, n. 44, p. 165-187, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Fuerbach**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciências sociais**. São Paulo: Boitempo, 2008b.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: QUIJANO, Aníbal. **Epistemologias do sul**. [J. l.: s. n.], 2009. p. 73-117. ISBN 978-972-40-3738-7.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificado, 2017. 112 p.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SOUZA, Fausto Ricardo Silva *et al.* Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-16, 2022.

DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DE CANAVIEIRAS-BA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Elizabeth Silva Leite¹

Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos²

Ao discutir relações étnico-raciais e educação é primordial destacar a importância de estudos sobre currículo. Tendo em vista que o processo de escolarização no Brasil é historicamente marcado por premissas escravocratas, que se apresentam nos dias atuais através de um processo de negação das diferenças com a intenção de perpetuar práticas educativas hegemônicas. No entanto, ao longo dos anos os movimentos sociais têm se fortalecido no país para reivindicar espaços que são negados aos grupos que são subalternizados. Ao citar a luta dos movimentos sociais se tem como base a “participação, cidadania e o sentido político da educação” (GOHN, 2016), desse modo a educação envolve a constituição da cidadania por meio da luta para garantia de direitos. Nesse ínterim, Petronilha Beatriz salienta que educar em meio às relações étnico-raciais é antes de tudo o processo formativo dos sujeitos em sua integralidade enquanto cidadãos comprometidos com a promoção da equidade social (SILVA, 2007). Consoante a isso, a professora Nilma Lino Gomes em seu livro *O Movimento Negro Educador* trata sobretudo das lutas deste movimento e o contextualiza historicamente apontando as vitórias angariadas por meio das lutas políticas e da construção de saberes que contribuem com o processo de democratização da Educação no Brasil. Vale pontuar que nos anos de 2003 e 2008 foram sancionadas as leis 10.639 e 11.645, respectivamente, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como resultado de lutas protagonizadas corajosamente pelo Movimento Negro brasileiro. Assim, os dispositivos legais supracitados alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir os artigos 26-A e 79-B que estabelecem a

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB). E-mail: elizabethsilvaleite9@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM/UnB). Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB. Professora Adjunta do PPGER/UFSB

obrigatoriedade da temática referente à História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino (BRASIL, 2008). A partir disso, podemos notar que apesar das políticas curriculares apresentarem avanços a partir das referidas leis no que se diz respeito às ações que tem como objetivo a superação do racismo na sociedade, principalmente no ambiente escolar, ainda assim há um caminho longo a ser percorrido e muito a ser feito. Quanto aos estudos sobre currículo, Young (2014) aponta quão importante é tal discussão, ao passo que afirma não haver questão educacional mais crucial do que a do currículo nos dias atuais. Uma vez que é uma pauta tão importante, carrega sobre si um leque de interesses a respeito dos saberes que muitas vezes são privilegiados nas instituições educacionais. Assim, Arroyo (2011) aponta o currículo como território em disputas e ressalta que estas estão para além do campo teórico, mas quem busca vez e voz nos currículos são os sujeitos tanto educadores quanto educandos que têm suas próprias experiências e conhecimentos a serem reconhecidos. Além disso, o currículo ainda segundo Souza e Fortunato (2019) pode ser compreendido como resultante de escolhas propositais e que tem intencionalidades, ao tentar prescrever o que deve ser disposto como conhecimento a fazer parte da formação dos estudantes. Historicamente, tais conhecimentos partiram de um olhar hegemônico, mas no último século os questionamentos dos movimentos sociais têm gerado mudanças significativas ao trazer à tona a necessidade de temáticas de classe, gênero, étnico-raciais, dentre outras, na escola. Consoante a isso, a professora Nilma Lino ressalta a necessidade de: “descolonizar os currículos, pois esse é mais um desafio para a educação escolar”. (GOMES, 2012, p. 100). Isto posto, a pergunta que se busca responder ao longo da pesquisa é a seguinte: a partir da análise do Documento Curricular Referencial de Canavieiras, como se dá sua implementação na EJA no que se refere a Educação para as Relações Étnico-Raciais? Assim sendo, o objetivo é analisar o Documento Curricular Referencial de Canavieiras, mais especificamente o que trata da Educação de Pessoas Jovens e Adultos. Tendo como foco do estudo o recorte étnico-racial levando em conta as implicações da lei 10.639/03 tanto no referido documento curricular quanto no planejamento e nas práticas pedagógicas que ocorrem no ambiente escolar. Destarte, destaca-se aqui a importância de fazer um estudo crítico diante da efervescência da Resolução do Conselho Nacional de Educação, publicada no Diário Oficial da União, em 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, BNCC. Esse documento denota, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que os currículos devem ser compostos por uma base comum e uma parte diversificada, e que essa parte diversificada deve ser complementada pelos sistemas de ensino e estabelecimentos escolares. Pode-se citar aqui que os documentos norteadores elaborados pelo Ministério da Educação dão conta de explicitar que a BNCC não é um currículo, mas sim uma

referência obrigatória para os currículos da educação básica no Brasil. Nos estudos críticos da autora Elizabeth Macedo, discute-se a noção de currículo em ação presente na BNCC e afirma que essa ideia é possível a partir da premissa de haver um currículo escrito e formal, que seria a própria Base, logo, “BNCC seria, assim, currículo, mas não esgotaria as possibilidades de ser do currículo” (MACEDO, 2018, p. 29). Diante disso, para atender o que propõem as legislações nacionais, foi publicada no Diário Oficial do Município de Canavieiras, cidade localizada no sul da Bahia, a Portaria nº 06/2021, que homologa a Resolução nº 01/2021, do Conselho Municipal de Educação, que trata da aprovação, instituição e orientação à implementação do Documento Curricular Referencial de Canavieiras. Nesse sentido, o documento corresponde a parte diversificada conforme orientação da BNCC e objetiva apresentar as aprendizagens necessárias à formação dos estudantes que fazem parte do Sistema Municipal de Educação. Para se estabelecer um recorte que possibilite o desenvolvimento da pesquisa voltamos nosso olhar para a Educação de Jovens e Adultos que se caracteriza aqui como uma lacuna de pesquisa que buscaremos adentrar a partir deste estudo ao compreender a necessidade de dar visibilidade a uma modalidade da educação com muitas especificidades que muitas vezes é negligenciado no que se refere à implementação de políticas públicas. Analisar a proposta curricular do DCRC, com foco na EJA, pode permitir que se identifique como o documento versa sobre relações étnico-raciais. Desse modo, quanto à metodologia trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza aplicada, tendo em vista que a abordagem quantitativa não daria conta dos objetivos propostos aqui. A priori, a pesquisa será de cunho bibliográfico e documental, onde destacar-se-á o estudo de pesquisas que servirão de embasamento teórico para analisar o documento curricular. Posteriormente, partiremos para uma pesquisa de campo para verificar como ocorrem as práticas pedagógicas em unidades escolares que atendem o público da EJA e se estas correspondem ao que está proposto no DCRC e na lei 10.639/03. Após delimitarmos o espaço da pesquisa, faremos a coleta de dados por meio de questionários e/ou entrevistas com a comunidade escolar para que seja feita uma análise minuciosa dos dados coletados, identificando principalmente os aspectos que se constituem como entraves à implementação de práticas de ensino antirracistas. Para tanto, na análise incluiremos as dificuldades dos gestores, professores aliados aos anseios dos alunos. Ao término pretende-se apresentar como produto um manual com diferentes atividades voltadas à valorização da história e cultura afro-brasileira conforme estabelece a lei 10.639/03. Além disso, propõe-se construir ainda uma proposta de sequência didática que aponte possibilidades do trabalho pedagógico em turmas da EJA.

Palavras-chave: Currículo, Políticas Públicas Educacionais, Educação Antirracista.

Referências Bibliográficas

- ARROYO, Miguel. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: vozes, 2011
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências de Desafios na Atualidade – Reunião Científica Regional da AMPED*, PR, jul.2016.
- GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020
- GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.
- MACEDO, E. “A base é a base”. *E o currículo o que é?* In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, p. 28-33, 2018.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. “Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil”. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007
- SOUZA, P. C. A., FORTUNATO, I. O currículo e as relações étnico-raciais: um território em disputa. *Revista Exitus*, Santarém/PA, Vol. 9, Nº 5, p. 130 - 159, Edição Especial 2019
- YOUNG, M. *Teoria do Currículo: o que é e porque é importante*. Cadernos de Pesquisa. V. 44, nº 51, p. 190-202, jan/mar. 2014.

GT 3 – FEMINISMOS NEGROS E CORPOS DISSIDENTES

AS FACES DO PODER: CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES AUTODECLARADAS NEGRAS NO PERÍODO PANDÊMICO EM PORTO SEGURO.

Beatriz Santos de Carvalho¹

¹ Discente do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Bolsista pela BAP no projeto: “Mídias e educação numa perspectiva antirracista/antifascista”

E-mail: beatriz.carvalho@gfe.ufsb.edu.br

Introdução

A pesquisa aborda a incidência de violência doméstica contra mulheres autodeclaradas negras durante o período pandêmico em Porto Seguro, Bahia. O estudo examina a implementação da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), considerando a perspectiva de proteção e criminalização da violência contra a mulher. Observa-se uma notável invisibilidade das mulheres negras vítimas de violência doméstica no contexto social, indicando lacunas nos instrumentos de amparo e colocando-as em uma posição subalterna nas estruturas sociais. Por sua vez, é de extrema importância abordar os conjuntos de fatores que intensificam a violência contra as mulheres negras, especialmente os marcadores interseccionais, nos quais o racismo, o patriarcado e os meios discriminatórios contribuem no processo de opressão.

Segundo dados do Instituto Datafolha do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no período de 2021 a 2023, 53,8% das mulheres foram violentadas no âmbito doméstico. Durante o auge do isolamento social em 2021, 48,8% dessas ocorrências se deram dentro da residência. A pesquisa da FBSP (2023) destaca que mulheres negras (56,6%) enfrentam maior vulnerabilidade do que mulheres brancas (45%) nesses casos. A inquietação diante do fenômeno da violência conduz a uma análise micro-geográfica em Porto Seguro, para entender quais os processos e ações foram levantadas pelo município para essas mulheres.

No contexto do isolamento social em 2020 e 2021, a Bahia também registrou um aumento significativo na violência doméstica, conforme apontado pela FBSP (2023). Isso evidencia a ineficácia na aplicação de medidas protetivas e destaca a complexidade no desmonte de políticas públicas, dificultando a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Esse cenário dificulta ainda mais para as mulheres negras, cuja violência é amplificada por fatores sociais, desde sua condição de subalternidade até as questões estruturais do machismo e do racismo entrelaçadas no contexto social.

Para a discussão da implementação da Lei Maria da Penha, Bernardes(2020), destaca que a exequibilidade da legislação contribuiu para diversos avanços estruturais diante da violência contra a mulher, partindo do olhar eficaz ao combate aos estigmas sociais. Entretanto, em relação à relevância da lei no combate a violência contra mulheres negras, encontram-se lacunas que não abarcam o olhar para a proteção dessas mulheres. A realidade social que essas mulheres encontram

no cenário Brasileiro, é marcada pela desigualdade e o preconceito que impõe na afetação da sua integridade no condicionamento de vulnerabilidade.

Objetivo da pesquisa

O objetivo desta pesquisa consiste na análise dos casos de violência doméstica contra mulheres autodeclaradas negras no período pandêmico compreendido entre os anos de 2020 a 2022, no município de Porto Seguro, Bahia. Tal análise será conduzida por meio da observação de documentos, com a extração de dados provenientes dos Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher. Contudo, a pesquisa encontra-se em processo de andamento.

Metodologia

A condução deste trabalho está condicionada à espera pelo acesso aos dados por meio da Lei de Acesso à Informação, solicitação encaminhada à Ouvidoria Geral do Estado da Bahia (OGE). Esta espera decorre da dificuldade em obter informações precisas, sendo que a análise será realizada por meio de procedimentos documentais, proporcionando uma perspectiva analítica mais aprofundada (Medeiros, 2011). Esse método revela-se especialmente útil na análise de documentos oficiais, como boletins de ocorrência .

Atualmente, uma revisão bibliográfica integrativa (Azevedo, 2016) foi realizada para contribuir para o desenvolvimento teórico do tema em questão. A seleção de artigos científicos, teses e dissertações em português e inglês foi conduzida nos bancos de dados: Periódico CAPES, BNDT (Banco de Dados de Teses e Dissertações), Google Acadêmico e Scielo. A busca abrangeu o período de março de 2020 até outubro de 2023, utilizando descritores como "Pandemia", "Lei Maria da Penha", "Interseccionalidade", "Mulheres Negras", "Violência Doméstica" e "Violência contra a Mulher".

Após a obtenção do acesso aos documentos oficiais, será realizado o aprofundamento na análise dos dados para compreensão da pesquisa. Caso o acesso não seja liberado no prazo proposto, a pesquisa continuará seu aprofundamento com base nos referenciais teóricos estabelecidos.

Marco teórico

O estudo partirá de referencial teórico que alimentará o entendimento dos processos interseccionais das mulheres negras vítimas de violência doméstica, com o olhar da Lei Maria da Penha nos processos das medidas protetivas em jus ao período do Covid-19. A busca partiu no

período de março de 2020 até outubro de 2023, lembrando que está sobre o aguardo dos dados oficiais para análise, onde estudo teórico partirá para revisão bibliográfica.

Resultados esperados

O levantamento de casos será crucial em compreender a situação no município, identificando padrões, lacunas e desafios enfrentados por mulheres negras vítimas de violência doméstica. Essa abordagem subsidiará a formulação de estratégias para medidas protetivas, proporcionando insights para a implementação de políticas públicas e a promoção de programas sensíveis à interseccionalidade. O objetivo é atender de maneira mais efetiva às necessidades específicas dessas mulheres.

Palavra-Chave: Violência Doméstica; Mulheres Negras; Lei Maria da Penha.

Referências Bibliográficas

BERNARDES, Márcia N. Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da Lei Maria da Penha. REVISTA DIREITO GV, São Paulo. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de Mulheres no Brasil. 4º Edição, DataFolha/FBSP, 2023. Disponível em: ><https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao-datafolha-fbsp-2023/>< Acesso em: 30 de Jul de 2023.

IDENTIDADES E FEMINISMOS NEGROS NA POÉTICA DE NEGRA ÁUREA – ESCRITA CONTEMPORÂNEA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE

Dandara Cryslene Ferreira Gomes¹
Mariana Janaina dos Santos Alves²

Objetivo

O presente resumo expandido resulta das pesquisas iniciadas na dissertação de mestrado intitulada “Identidades e resistência na poética de Negra Áurea” desenvolvida a partir do 1º semestre de 2023 no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLET) da Universidade Federal do Amapá. A seguinte proposta de pesquisa objetiva analisar a poética da escritora Negra Áurea, autora atuante na cena literária do estado do Amapá, ativista cultural, educadora e artista contemporânea tucuju

¹ Estudante do curso de Mestrado em Letras, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Macapá/Amapá. E-mail do primeiro autor: dandara.ferreiragomes@gmail.com

² Professora de Teoria Literária e Literaturas em língua portuguesa na graduação e Mestrado em Letras (PPGLET) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutora em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP/FCL-Ar. Membro do Núcleo de pesquisa em Estudos Literários (NUPEL/CNPq). E-mail: marianaalves@unifap.br

que desenvolve entre as temáticas de sua produção o pensamento feminista negro e à produção de identidades poéticas.

Metodologia

Considerando os objetivos de investigação desta pesquisa, utilizam-se as contribuições da pesquisa qualitativa, com apoio nos seguintes tipos: análise documental e pesquisa bibliográfica. Nesse intuito, realiza-se também uma apreciação interpretativa e argumentativa no que diz respeito aos poemas selecionados na obra *PoesiAurea: estratégia pedagógica para a educação das relações étnico-raciais* (2023).

Marco teórico

As literaturas produzidas no Norte (neste estudo, consideramos a perspectiva amazônica com ênfase na produção feminina amapaense), vêm conquistando seu espaço, e assim, escritos antes silenciados passaram a ser mais lidos e publicados, sendo crescente o número de pesquisas acadêmicas que se dedicam a investigar tal produção literária. É nesse sentido que se insere essa análise, pois pretende dar visibilidade ao trabalho poético da escritora Negra Áurea que discute através da Literatura algumas temáticas de resistência, como os papéis da mulher em uma sociedade racista e a necessidade de reconhecimento da escrita de autoria feminina.

Nascida no município de Igarapé-Miri, no estado do Pará, Negra Áurea foi a poeta escolhida para esse estudo, pois seus versos retratam os traços identitários da poesia afro-brasileira e feminina contemporânea, de uma voz lírica que utiliza das palavras para manifestar seu protesto e os modos de resistência. Atualmente reside na cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, e atua como professora, ativista e poeta que defende causas relacionadas às pautas sociais, publicou em 2023, a coletânea de poemas *PoesiAurea: estratégia pedagógica para a educação das relações étnico-raciais*, objeto de análise deste resumo.

Inicia-se tal reflexão com as teorias de Stuart Hall (2006) e Djamila Ribeiro (2007) sobre a construção de identidades a partir da perspectiva da Literatura e dos Estudos Culturais. Segundo Hall a sociedade pós-moderna permite perceber que o indivíduo, antes detentor de uma identidade unificada e estável, sente-se agora fragmentado por possuir não mais uma identidade única, mas algumas identidades que se definem por meio de uma “celebração móvel”. Essa identidade pós-moderna se dá então “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13).

Já Ribeiro (2007) compreendendo a relação entre linguagem e identidades, defende a necessidade de se pensar outros saberes, sendo o elemento **identidade** essencial para lembrar da inexistência de discursos neutros. Conforme a autora “O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidade funcionam juntos a depender de seus contextos, e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades” (RIBEIRO, 2017, p. 20).

Assim, a literatura escrita por mulheres negras representa um espaço composto de experiências que promove uma arte a qual reproduz uma ideologia, um posicionamento e uma conexão com as tradições ancestrais dos sujeitos negros, revestida dos aspectos estéticos da linguagem. Constata-se

que a participação da mulher no campo literário possibilita um novo enfoque à sua própria imagem, promovendo a ruptura de sua subalternização e do seu silenciamento.

Conceição Evaristo explicita que a escrita poética “em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, (...) adquire um sentido de insubordinação” (EVARISTO, 2007, p. 21). Nesse sentido, compreendemos que a literatura desenvolvida por mulheres negras é uma forma de resistência, pois atua na libertação de suas vozes, evoca a valorização do feminino, marcado pela negritude e transforma o cenário social e literário.

O pensamento feminista de Djamila Ribeiro, Bell Hooks, Lélia Gonzalez, Angela Davis e outras teóricas ajuda a compreender que o discurso poético pode ser ferramenta de combate aos sistemas de opressão como racismo, patriarcado e preconceito de classe social, principalmente, no campo dos feminismos negros. Para Ribeiro (2007), “pensar em feminismo negro é justamente romper a cisão numa sociedade desigual, logo é pensar projetos (...) para que pensemos em um novo modelo de sociedade”.

Dessa forma, essa poética que assume múltiplas identidades, engajada com seu tempo e que se entrelaça a vários fatores sociais, é o cenário no qual desponta Negra Áurea. Com uma linguagem simples, coloquial e fluida, a poeta manifesta uma produção com diversas abordagens temáticas como o amor, a maternidade, a figura feminina, ancestralidade, o multiculturalismo, questões de gênero, o quilombo, a Amazônia e outros fatos que remetem ao dia a dia.

Resultados

Constatamos que a poesia de Negra Áurea sugere uma compreensão identitária, étnica, de gênero que acende alguns debates na poesia contemporânea e de seus sujeitos que não mais se resignam. A escritora apresenta ao leitor uma obra que se revela e rebela com todo um lirismo subversivo, de voz lírica feminina e negra, não mais resignada diante da discriminação e estereotipia aplicada à figura feminina. Vejamos alguns traços no poema “Identidade marcante” (SANTO, 2023, p. 125-126):

Identidade marcante

Não me julgue seu doutor,
Não me atribua padrão,
Tenho meu próprio teor,
Não sou corda de violão

Educação, educar a ação
A ação de cada cidadão
Defender seu vigor,
Sua vivência, seu valor

Tenho possibilidade,
De ajudar a humanidade,
Quero ser útil, parceira,
Lutar por justiça verdadeira

Quero estudar e atuar
A sociedade incentivar,
A pensar e agir,
E a vida prevenir

Meu black, meu traje,
Me dão inspiração
Samba, tambor, capoeira,
São referências
De ancestrais resistências
Com meu turbante
Sigo avante
Minha identidade é marcante

Nesse poema, a voz lírica manifesta alguns elementos que compõem sua “identidade marcante”, com destaque para o cabelo como pode-se ler no verso “Meu *black*” descrito como um traje, uma vestimenta que lhe dá inspiração, além do samba, tambor e da capoeira que “são referências de ancestrais resistências”. Negra Áurea demonstra a descoberta de uma identidade que rejeita estereótipos “não me atribua padrão”, de uma mulher que se reconhece como negra e por intermédio do cabelo ressignificado percorre caminhos que reconfiguram o mundo vivido, de pertencimento e poder.

É perceptível na poética amazônica e contemporânea, um movimento de ressignificação de identidades a partir de um olhar decolonizado, como pondera Ribeiro (2017, p. 19), “para descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas”. Vejamos outro poema de Negra Áurea, “Quilombo” (SANTO, 2023, p. 30):

Quilombo
Lugar arejado, núcleo de resistência
Quilombo, mocambo ou terra de negros, fortificação
Lugar arejado de meus antepassados
Que hoje evolui com a cultura de um povo,
miscigenação

Quilombo é habitação, quilombo é evolução
Tem escritores, jornalistas
Tem poetas e muitos artistas
Quilombo é meu próprio chão, que amo de coração
É um espaço natural que cultiva o cultural

Quilombo é criatividade, quilombo é irmandade
Tem um jeito diferente dos que vivem na cidade
Quilombo vive a bailar nas cantorias que tem por lá
Quilombo é assim, é pra viver e ser feliz

Quilombo é garra, é raça
Quilombo é a nossa casa
Trabalha com a natureza e faz dela fortaleza
Quilombo é um pedaço da África em plena Amazônia
Que dança marabaixo e faz suas cerimônias

Quilombo não é só tranquilidade
É luta pela equidade
Hoje faz sua resistência com arte e ciência
Quilombo é manifestação pela posse e preservação
Quilombo é um aglomerado, um abrigo considerado

Em “Quilombo”, a voz lírica materializa, discursivamente, o orgulho de pertencimento ao local, a valorização em ser negro, com sua identidade e cultura. É nesta seara poética de experiências e (con)vivências que o espaço se integra totalmente à questão identitária, uma vez que o “quilombo é meu próprio chão, que amo de coração”, “é irmandade”, “é um pedaço da África em plena Amazônia”, tornando-se um espaço vivenciado e corporificado de lutas e resistência. A poeta tem ciência que, historicamente, os quilombos representaram resistência, e com seus versos revela uma forte identidade quilombola constituída a partir de um espaço de saberes tradicionais, de perpetuação de laços identitários e de sentimentos de pertencimento.

Negra Áurea está no segmento de escritoras que contribuem com sua poética para a afirmação dos feminismos negros e redescoberta de identidades como a afro-brasileira, feminina, amazônica, quilombola e outras. A partir de seus versos, o leitor é transportado para uma literatura que carrega toda uma carga identitária e de resistência às ideologias racistas e estereotipadas que marcam diferentes sujeitos. Encontramos uma poética que além de contemporânea, traz todo um significado de afirmação de identidades por meio de uma escrita que se vale de recursos da história, memória e identidade, além é claro, da própria palavra, e assim, vai se construindo e assumindo o controle de sua existência.

Referências Bibliográficas

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho da minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). Representações performáticas brasileiras: teorias, praticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraci Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

SANTO, Maria Aurea dos Santos do Espirito. PoesiAurea: estratégia pedagógica para a educação das relações étnico-raciais. 1. Ed. Macapá, AP: Gráfica e Editora Cromoset, 2023.

COMBATE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RAÇA: UM ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM MUNICÍPIO DO EXTREMO-SUL DA BAHIA

Elaine Teixeira Santos¹

¹ Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia. Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Gestão Escolar e Pós-Graduada em Gamificação na Educação pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Email: lateisa2023@gmail.com

“Exu é o caminho percorrido por todo(a) intelectual negro(a) que se impõe, que se afirma e leva a frente suas propostas teórico-pedagógicas, independente de seu credo religioso. (SANTOS, 2020, P 81)

Objetivos da pesquisa

Este estudo tem o objetivo de analisar, a princípio, a previsão e adoção de políticas públicas para a prevenção da violência doméstica no município de Porto Seguro - Ba.

Metodologia

A metodologia científica desta pesquisa é quantitativa/qualitativa e foi dividida em duas etapas. A primeira, um trabalho teórico sobre violência interseccional de gênero e raça, no que diz respeito à violência contra a mulher. A segunda é um estudo descritivo do planejamento de políticas públicas para a prevenção da violência de gênero e raça em âmbito federal, estadual e municipal em Porto Seguro.

Marco teórico

As violências contra a mulher

Quando se fala sobre violência contra a mulher acredita-se que violência de gênero, violência doméstica e violência familiar são sinônimos, porém Heleieth Saffioti (2015) diferencia a violência de gênero centralizada na falocracia, enquanto que a violência familiar necessita apenas de um grau de parentesco com o agressor e a violência doméstica tem a particularidade da posse, pois

Estabelecido o domínio de um território, o chefe, via de regra um homem, passa a reinar quase incondicionalmente sobre seus demais ocupantes. O processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico (Saffioti, 1997 apud SAFFIOTI, 2015, p. 76).

Quanto a legislação brasileira, em 2006, sancionou-se a Lei 11.340 (BRASIL, 2006), intitulada Lei Maria da Penha, que estabelece no artigo 5º que “violência doméstica e familiar contra a mulher [é] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Esse artigo ainda caracteriza a violência na residência com ou sem vínculo familiar; em âmbito familiar por laços naturais ou de afinidade; em qualquer relação íntima de afeto independente da coabitação que considera-se fruto do sistema patriarcal.

As violências contra a mulher negra

O sistema patriarcal-racista-capitalista representado no ditado popular “Branças para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” discutido por Lélia Gonzalez (2020) caracteriza uma violência racista às mulheres negras que permite um aprofundamento de questões psicológicas e rebaixamento da auto estima que tem três características analisadas por Christiane Carrijo e Paloma Afonso Martins:

A primeira face da violência racista tende a destruir a identidade do sujeito negro, motivando uma perseguição ao próprio corpo [...] a segunda é estabelecer, por meio do preconceito de cor, uma relação persecutória entre o sujeito negro e seu corpo. O terceiro elemento fica a cargo do pensamento negro, que parasitado pelo racismo [...] o importante não é pensar e ver o que poderia vir a dar-lhe prazer, mas o que é desejável pelo branco (CARRIJO; MARTINS, 2020, p. 3-4).

Neste sentido, percebe-se que o racismo configura-se como violência interna à medida que a pessoa tenta internalizar uma condição biológica inatingível. Ao mesmo tempo, a conjunção do gênero e da raça evidencia uma violência externa através de seu caráter opressor como aponta Gonzalez (2020, p. 58): “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”.

Essa tripla discriminação corrobora com matriarcado da miséria apontado por Sueli Carneiro (2011):

a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e menor remuneração (CARNEIRO, 2011, p. 127, 128).

Quando Sueli aborda os impactos do racismo e sexismo concorda com os argumentos de Beatriz Nascimento (2021) quanto à submissão, passividade e infantilização em que a mulher negra tende a se colocar em relacionamentos românticos, pois

“Dentro deste arcabouço, qualquer expressão do feminino é revestida pela instituição moral. Ela representa em si a desigualdade caracterizada pelos conflitos entre submissão x dominação; atividade x passividade, infantilização x maturação. A contrapartida a esse estado de coisas coloca a mulher num papel desviante do processo social, em que a violência é a negação de sua autoestima” (NASCIMENTO, 2021, p. 233)

Resultados

Como formas de prevenção à violência de gênero e raça, a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) estabelece nas diretrizes do artigo 8º a disseminação de valores éticos através da capacitação de órgãos de segurança pública, além da implantação de programas educacionais e destaque nos currículos escolares

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia; VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia; IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

É importante salientar que de acordo o Mapa da Violência 2021, “em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras” (CERQUEIRA, 2021, p.38) em comparação às mulheres não-negras, isso demonstra que “a mulher *negra anônima sustentáculo* econômico, afetivo e moral de sua família é quem ao nosso ver desempenha o papel mais importante” (GONZALEZ, 2020, p. 64) sociedade, porém o sistema patriarcal-racista-capitalista proporciona seu elevado índice de violência. Daí a necessidade de atenção para a prevenção da violência através de projetos escolares na perspectiva de gênero e raça.

Quanto ao estado da Bahia, Porto Seguro é um município que pertence ao Território Identidade Costa do Descobrimento (BAHIA, 2016), onde estabeleceu-se, como estratégia do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário com vigência de 10 anos, quatro metas no eixo Formação Cidadã e organização Social, dentre as quais desenvolver ações (palestras, campanhas, publicidade) de conscientização dos homens sobre a violência contra a mulher e estabelecer parcerias com os meios de comunicação local para desenvolver programas educativos de combate a violência contra a mulher.

Neste sentido, percebe-se a inexistência neste planejamento, assim como no Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BAHIA, 2007) voltado para a prevenção da violência doméstica contra a mulher negra, apesar de evidenciar-se na publicação *Feminicídios na Bahia* (BAHIA, 2023) que o perfil das vítimas de feminicídio na Bahia são mulheres negras, entre 30 e 49 anos, com companheiro e os principais instrumentos utilizados são a arma branca, seguida da arma de fogo. Isso indica que “o feminicídio cometido por parceiro [...] deriva de uma derrota presumível da mulher em confronto com o homem” (SAFFIOTI, 2015, p. 77).

No que diz respeito ao âmbito municipal, a Secretaria Municipal de Assistência Social através do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) de Porto Seguro divulga através de suas redes sociais (CRAM, 2023) que mantém serviços de acolhimento e atendimento com equipe especializada de psicologia, direito e assistência social. Além disso, realiza rodas de conversa, palestras, blitz, cursos de artesanato, defesa pessoal, entre outras atividades. Na área da Saúde, apresenta no Plano Municipal com vigência até 2026 a atribuição das Unidades de Saúde da Família a vigilância contra a violência doméstica e sexual. Na área da Educação, a secretária Dilza Reis (gestora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico -SEDUC) afirmou,

durante a Caminhada pelo Fim da Violência contra a Mulher, no dia 28/08/2023, que “É no chão da escola, com a participação de pais, professores/as e outros/as profissionais, que se inicia a conscientização das nossas crianças sobre o respeito aos direitos das mulheres” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO, 2023). No poder legislativo, a Câmara de Vereadores aprovou, na 1ª votação, o Projeto de Lei Nº 078/2023 que “cria o Pacto Municipal de Enfrentamento da Violência contra a Mulher” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO, 2023).

Dessa forma, percebe-se que apenas o CRAM e a Seduc, na declaração da secretária, preocupam-se com a prevenção da violência contra a mulher. Embora, neste estudo, o objetivo não contemple a análise de dados de violência doméstica contra a mulher negra referentes ao município, acredita-se que repercute os percentuais do Brasil e da Bahia. Neste sentido, aponta-se a necessidade de realizar pesquisas que contribuam para a prevenção de tais violências a fim de que nos proporcionem maior autonomia como a “mulher preta participante” de Nascimento (2021) que adota uma postura crítica para construção e reconhecimento do nosso legado completamente distinta do matriarcado da miséria (CARNEIRO, 2015).

Referências Bibliográficas

BAHIA. Secretaria de Política para as Mulheres. **Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Salvador: SPM, [2007].

BAHIA. Secretaria do Planejamento. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território de Identidade Costa do Descobrimento**. Salvador: SEPLAN, 2016.

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Feminicídios na Bahia**. Infográfico 2023. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/infografico_2023. Acesso em: 10/11/2023

BRASIL, **Lei nº. 11.340/06**. Lei Maria da Penha. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.

CARRIJO, Christiane; MARTINS, Paloma Afonso. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e60721, 2020.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CRAM - PORTO SEGURO. Centro de Referência de Atendimento à Mulher. Publicações do Perfil. Instagram CRAM - PORTO SEGURO @cram.portoseguro Disponível em: <https://www.instagram.com/cram.portoseguro/> Acesso em: 10/11/2023

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio Janeiro: Zahar, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO. CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO. **Vereadores aprovam Projetos de Lei em favor das mulheres**. 19 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.cmps.ba.gov.br/vereadores-aprovam-projetos-de-lei-em-favor-das-mulheres/>
Acesso em: 10/11/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO. EDUCAPORTO. **Campanha pelo fim da violência contra a mulher**. 30 de agosto de 2023. Disponível em: <https://educaportoseguro.com.br/portoseguro/noticias/educacao12/campanha-pelo-fim-da-violencia-contr-a-mulher> Acesso em: 10/11/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Plano Municipal de Saúde 2022-2025**. Disponível em: <https://acessoinformacao.com.br/transparencia/arquivos/download/3e79e5f0d4ac68327d1e8c2862115cfb07a99470.pdf>. Acesso em: 10/11/2023

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Richard. **Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade**. Telha, 2021.

O RACISMO OCULTO NO ASSÉDIO MORAL DENTRO DO SERVIÇO PÚBLICO SOFRIDO POR CORPOS NEGROS EM SALVADOR

Gilcélia de Assis Santos¹

Objetivo da pesquisa

Quando é pensado sobre equidade racial no serviço público, logo vem em mente a situação na qual o usuário do serviço é o agente passivo da ação. Porém, não podemos deixar de explanar as relações interpessoais entre os servidores. E é neste ambiente que se observa uma grande recorrência de assédio moral. Dentro do serviço público do Município de Salvador, pode-se observar a recorrência diária do assédio no ambiente de trabalho. Trazendo para a realidade do serviço público do Município do Salvador, mais especificamente na Secretaria de Saúde, percebe-se uma instituição

estruturalmente e institucionalmente assediada com seus servidores, sejam eles estatutários, REDAS ou terceirizados. E esse ato fica mais evidente quando se trata de funções e atividades de menor prestígio como Serviços Gerais, Higienizadores, Auxiliares, Técnicos e Agentes de Saúde. O assédio moral e o racismo dentro do local de trabalho geram repressão, humilhação e impedimento de realizações das atividades rotineiras. É comum ouvir nos grupos de relações e interações sociais relatos de profissionais de nível fundamental, médio e técnico acerca de vivências de discriminação e assédio moral sofrido no ambiente de trabalho. Situações que são percebidas em menor escala, mas mesmo assim ainda existentes, entre profissionais de nível superior que têm como predominância pessoas não negras. Relatos de humilhação, impedimentos de exercer as atividades corretamente, supressão de direitos, desrespeito, silenciamento, apagamento da importância da atividade laboral, transferência de locais de trabalho sem comunicação prévia, dificuldades em alcançar postos de chefia, o não reconhecimento de graduações e pós graduações como forma de valorização salarial, situação que é ofertada aos profissionais de nível superior da Secretaria de Saúde através de lei municipal. Clóvis Moura traz a explicação para essas opressões enfrentadas por essas categorias ao dizer que o sistema da branquitude se utiliza do aparelho do Estado que é altamente repressor para promover a manutenção das estruturas de poder dominantes, o autoritarismo, permanecendo assim o controle social (Moura, 2023). O volume de denúncias recebidas pelo sindicato representante dos servidores deste município que têm como objeto o assédio moral é alarmante, quando são feitos os recortes escolaridade e o raça/cor, percebe-se que há uma maior incidência de casos sofrido por mulheres negras e de escolaridade mais baixa. Outro ponto a ser observado é que para muitos desses profissionais é difícil distinguir ou nunca pararam para analisar que não é somente um assédio, mas estão sendo vítimas de discriminação racial e social e por conta da sua cor e condição social estão mais suscetíveis a sofrerem essa iniquidade.

Diante dos crescentes casos de violência sofrida por profissionais negros, em especial as mulheres negras, evidencia-se uma necessidade da construção e implementação de uma política de combate ao racismo institucional voltada para os servidores e não somente para os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, uma política que aborde as relações interpessoais entre os profissionais em todas as suas camadas, pois o racismo também acontece do lado de dentro dos bastidores da instituição. É importante pontuar a crescente taxa de absenteísmo dentro do serviço público municipal de Salvador causados pelo CID F, específico para distúrbios mentais, fazendo correlação à saúde da população negra dentro do serviço público. Discutir a interseccionalidade entre racismo e assédio moral e afetação da saúde mental desses sujeitos como medidas efetivas e prática antirracista intensiva e contínua para diminuição da iniquidade causada pelo racismo.

Metodologia

Por ser um cenário onde existe uma dinâmica entre os agentes envolvidos, é necessária a investigação com referenciais bibliográficos e documental que conversem com o tema a ser pesquisado fazendo uma comparação temporal para afirmar que a estrutura social mantém-se ao longo do tempo, além das entrevistas e questionários para que se consiga ter uma noção mínima do impacto do racismo institucional dentro da SMS. Por ter a necessidade de aplicar a interpretação dos cenários e analisar dados a pesquisa qualitativa mostra-se adequada para esse estudo.

Marco Teórico

A violência praticada nas relações de trabalho contra os servidores públicos é uma realidade e, infelizmente, cada dia mais alarmante. Margarida Barreto sinaliza que o setor público é um dos ambientes mais propícios para a prática de violências contra trabalhadores, caracterizando, em muitos dos casos, assédio moral. Isso dado ao estilo de gestão neoliberal adotado, associado ao despreparo de chefias imediatas e mediatas, perseguição política, abuso de poder, violência psicológica, humilhação, exclusão, até mesmo subjugação e desprezo às funções de menor prestígio são algumas das formas de expressão do assédio moral e do racismo. Nessa última característica, é possível perceber a diferença de tratamentos e oportunidades dispensadas aos servidores que ocupam cargos de nível fundamental, médio e técnico. Cargos que em sua grande maioria, dependendo do órgão ou secretaria que seja objeto de observação, além de ser levado em consideração a região geográfica, são ocupados em sua maioria por pessoas negras e sobretudo, mulheres negras. É de extrema importância que os personagens envolvidos entendam o porquê, saibam identificar o que está por trás da tentativa de subalternização dos cargos que são ocupados majoritariamente por mulheres negras no serviço público, e que seja possível coibir tais ações.

Resultados Esperados

Espera-se que após a intervenção, as servidoras consigam identificar o racismo para além do assédio moral, conseguindo posicionar-se contra tal prática, além de conhecer quais caminhos precisam ser percorridos caso seja necessária uma judicialização. Através do conhecimento adquirido, conseguindo identificar os agentes causadores do ato, além de construir uma rede de apoio para que, mesmo sendo atravessadas pelo racismo institucional, reúnam forças para denunciar casos, seja no Ministério Público do Trabalho (MPT), seja na entidade sindical. Com a intervenção do MPT nos casos, entra-se com pedido junto ao órgão que o assunto se torne tema de Audiência Pública. Concomitante a isso, ser feito o lançamento da Cartilha com tema: O Racismo Oculto no Assédio Moral Dentro do Serviço Público. Estruturando o projeto a partir da conscientização e

orientação dos agentes participantes do cenário assédio/racismo dentro do serviço público através de palestras, cursos e workshop, além de disponibilizar para downloads a Cartilha, a implementação tanto das Audiências Públicas, obtendo os recursos financeiros necessários, espera-se observar uma diminuição nos casos de discriminação racial e assédio moral, além de tratar das subjetividades e autoestima das mulheres negras que sofrem racismo institucional enviesado no assédio moral.

Palavras-chave: assédio moral; racismo; mulheres negras.

Referências Bibliográficas

Barreto, Margarida Maria Silveira. Assédio moral: a violência sutil. Análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil. PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
Davis, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
Moura, Clovis. Brasil: as raízes do protesto negro. São Paulo: Editora Dandara, 2023;

COLONIZAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES E DO CORPO DA MULHER NEGRA

Maiara Araujo Santos¹

Maria do Carmo Rebouças dos Santos²

Palavras-Chave: Identidade; Mulheres Negras; Descolonização.

Introdução

Esse estudo busca compreender a construção da identidade das mulheres negras no Brasil. As mulheres negras vêm, desde séculos anteriores, lutando pela reparação da história do povo negro que sofre com uma série de racismos e preconceitos devido aos seus traços fenóticos. O projeto tem como objetivo identificar os processos de objetificação da mulher negra e formas de superação a partir das percepções de lideranças negras femininas do Sul da Bahia, combinada com literatura feminista negra.

Devido a amplitude do tema, o projeto abordará o tema interligando-o com o termo “imagem de controle”, partindo do pressuposto trabalhados pelas autoras Lélia Gonzalez e Patrícia Collins, visto que o problema do tema está ligado ao fato de como a mulher negra e seu corpo são vistos pela sociedade depois de anos do período da colonização da branca.

¹ Graduanda do curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na Universidade Federal do Sul da Bahia - e-mail: maiara.araujo@gfe.ufsb.edu.br.

² Professora na Universidade Federal do Sul da Bahia - e-mail: mariadocarmo@csc.ufsb.edu.br.

O processo de descolonização da identidade negra é marcado pela desconstrução das práticas racistas e sexistas sobre o corpo da mulher negra, que vem conquistando seus direitos e ganhando espaço na sociedade, em uma nova etapa de construção subjetiva integralizada com a descolonização desses traços que foram associados ao corpo negro de uma maneira intersubjetiva pela sociedade colonizadora, escravocrata, racista e sexista.

Metodologia

Pesquisar significa procurar respostas para indagações propostas. É um conjunto de ações para encontrar a solução de um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos e é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo (SILVA; MENEZES, 2001). A metodologia de pesquisa será a exploratória visando proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito, a através de revisão bibliográfica de marcos teóricos feministas negros, por meio da leitura e análise de livros, artigos, sites da internet e outros meios de informação em periódicos (revistas, boletins, jornais).

Além disso esse projeto tem por objetivo a compreensão do processo de construção da identidade negra na sociedade atual através de um olhar subjetivo, para isso será necessário utilizar a pesquisa qualitativa, por meio da entrevista narrativa, que se caracteriza por ser um instrumento de pesquisa que prioriza a narrativa livre do entrevistado, ou seja, relatos produzidos por estes sem mediações ou interrupções por parte do entrevistador (Germano,2009). Serão identificadas três lideranças negras pertencentes a organizações do Movimento Negro de três cidades do Sul da Bahia.

Marco Teórico

A identidade negra, pode ser compreendida como um processo identitário que é construída através do contato, no contraste, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo com o outro. No Brasil, a identidade negra é construída de maneira complexas, e desde o período da escravidão vem sendo ressignificada, apesar das formas explícitas de racismo, as formas de resistência foram surgindo por meio da construção da miscigenação racial e cultura afim de preservar e resgatar os costumes dos seus descendentes africanos (GOMES, 2019).

Na sociedade brasileira, devido à escravização, o grupo dos dominantes composto principalmente pelo homem branco, associavam a identidade das mulheres negras à característica de uma pessoa imoral, que é vista como portadora do mal, e que não possui conhecimento. As mulheres negras durante a colonização, foram escravizadas e eram vistas como desprovidas de humanidade, portanto, eram consideradas objetos de exploração, a maioria física, mas também podia chegar a

sexual, por esse motivo tratadas com propriedade e que possuía um intelectual inferior aos demais seres (SILVA, A. 2017).

Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro [...] a violência racista do branco é exercida, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro (COSTA, 1984, p. 104 *apud* AMORIM et. al, 2021, p. 2).

Durante a colonização foi possível perceber como era forte as hierarquias sociais e raciais, e como esse modelo é refletido na maneira como as pessoas negras tratam seu corpo, e por isso muitas mulheres negras acabam não aceitando sua negritude e aderindo aos padrões que são impostos pela branquitude, para que assim possa sentir a falsa sensação de que será aceita na sociedade branca. Esse mecanismo é parecido com os que eram utilizado pelos colonizadores, dessa forma, essas mulheres não estão garantindo sua aceitação, apenas se camuflando para adentrar em uma sociedade sem incomodá-la com os traços negros (SILVA, K. 2022).

Segundo Nilma Lino Gomes (2019), o racismo é capaz de influenciar na construção do imaginário social a ideia de que é possível haver hierarquização dos sujeitos e do seu corpo, ela ressalta, que no Brasil, as questões raciais que eram estabelecidas não tinham somente como responsáveis a escravidão e sua abolição, mas também, aspectos como o capitalismo e o patriarcado (GOMES, 2019, p. 146 *apud* SILVA, K. 2022, p. 29). A descolonização das mulheres negras, é um processo que abrange vários aspectos, como por exemplo, a liberdade dos estereótipos e padrões que foram impostos pela sociedade, a modificação da própria identidade negra, e a luta por direitos e igualdades (SILVA, A. 2017).

A partir do século XX, começaram a surgir os movimentos sociais negros e feministas, devido à fato, que mesmo após a colonização e abolição da escravidão, as opressões sofridas pelas negras continuou, junto com os atos racistas e machistas, as mulheres negras vem se movimentando em relação a hierarquia racial, lutando por igualdade e oportunidades de representatividade. Nos dias atuais, essas mulheres estão conseguindo conquistar espaços de poder, sendo protagonistas e ganhando visibilidade em diferentes áreas, como na política, cultura e movimentos sociais, suas conquistas possuem papel fundamental para as descolonização e desconstrução dos estereótipos negativos, é importante no processo de aceitação da identidade negra, e aumento na autoestima de diversas mulheres negras (Amorim et al., 2021).

No entanto, apesar de grandes avanços, a descolonização das mulheres negras no Brasil, enfrenta grandes desafios, diante do racismo estrutural, poucas representatividades nos núcleos de poder e

a violência de gênero, para tornar-se de uma vez por todas livres desses preconceitos é necessário a quebra dessas amarras que estão em volta das construções sociais. Segundo Angela Figueiredo,

[...] a representação das mulheres negras ainda está associada à subalternização, à subserviência e à hipersexualização. Eu compreendo esse conceito também no que ele se refere à emancipação e empoderamento feminino negro, quer dizer, é preciso construir a nossa própria imagem, uma imagem positiva sobre nós, por meio de uma autorrepresentação (FIGUEIREDO, 2017, p. 6 apud LESSA, 2020, p. 44).

Historicamente, o corpo negro é visto na sociedade com um olhar de preconceito, na forma física o corpo negro apresenta características e geralmente a cor da pele mais escura, os cabelos cacheados e crespos, nariz e bocas grandes, que são resultantes das modificações genéticas ao longo dos anos, além disso possui características sociais, que é construído sob olhar da sociedade. É importante destacar que as características do corpo negro, não pode ser considerada as únicas, já que engloba diferentes etnias e origens, existe diferenças significantes entre um corpo negro de um africano, de um afrodescendente, de um afro-asiático, de um afro-ameríndios e entre outros tipos (LESSA, 2020).

Em aspecto social o corpo negro é caracterizado como algo negativo, principalmente devido a cor, muitos praticantes do racismo estrutural considera que o negro é sujo por causa do tom de pele, por causas desses preconceitos que foram enraizados ao longo dos anos, o corpo negro é marginalizado (SILVA, K. 2022). Esse tipo de olhar é considerado intersubjetivo, pois é um olhar de outras pessoas sobre algo que não compreende, mas mesmo assim opinam, esse olhar precisa ser desconstruído, por causa, que afeta de maneira direta a autoestima e identidade negra (LESSA, 2020).

De acordo com Nilma Lino Gomes (2019), a ideia social de caracterizar a cor do corpo negro como suja é de longa data, eles associam a aparência do negro a sujeira devido:

a falta de integração do negro na sociedade resulta em uma ampla gama de pessoas expostas a situações indignas de vida, pertencentes às camadas mais baixas da população, expostas ao desemprego, aos “bicos”, aos empregos mal remunerados. Empregos que exigem atividade braçal, esforço físico. Diante de tal realidade, no senso comum, ainda continuam associações entre negro e sujeira que, ao serem descontextualizadas das condições de trabalho e socioeconômicas, reforçam o pensamento racista de que o cheiro e o suor é um odor natural dos pretos e pobres. (p. 156).

A autora Lélia Gonzalez (2020), descreve a relação entre raça e gênero na cultura brasileira como sendo uma relação de opressão e violência contra a mulher negra em particular, relacionando também com o racismo e o sexismo que se articulam de forma violenta contra a mulher negra, e as condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos

psicológicos que precisam ser desmascarados. Além disso, a autora também fala sobre o papel da mulher negra no processo de formação cultural brasileira e os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel.

Sendo assim, o que Lélia aborda é o que podemos denominar como “imagens de controle”, que significa na psicologia a maneira como uma pessoa deve se comportar em determinadas situações, o termo quando aplicado sobre a mulher negra pode sugerir questões relacionadas à representação, estereótipos, discriminação ou controle cultural. A feminista negra Patrícia Collins, define o conceito de “imagens de controle” como uma representação específica de gênero para pessoas negras que se articula a partir de padrões estabelecidos no interior da cultura ocidental branca eurocêntrica. Essas imagens são usadas como uma forma de controlar o comportamento e os corpos de mulheres negras, obstaculizando os processos de subjetivação dessas mulheres, sua autonomia e também o exercício da cidadania (COLLINS, 2019).

Portanto, é necessário que a própria mulher negra olhe para si mesmo, com um olhar subjetivo, pois só elas entendem e pode tratar da sua subjetividade sem afetar seu corpo, algumas mulheres negras apesar de estarem imposta aos padrões brancos, de alguma maneira começaram a aceitar seu corpo negro, principalmente o cabelo, isso é graças as lutas por representatividade, que mesmo que seja poucas, estão conseguindo atingir de forma positiva essas mulheres.

Resultados Esperados

Estima-se com o projeto, construir uma visão social sobre o processo de descolonização e a subjetividade presente na identidade da mulher negra da atualidade. Visando mostrar como é ser uma a mulher negra, em uma sociedade que ainda carrega bagagens da colonização, onde a mulher negra é vítima de estigmatização, racismo, hipersexualização e sofre alguns desafios contemporâneos. Além disso, espera-se que através da revisão bibliográfica e da entrevista de narrativa das três mulheres líderes do Movimento Negro no Sul da Bahia, obtenha-se a luta por representatividade das mulheres negras, que são marcadas pela resistência e estão conquistando o empoderamento de forma positiva em seu local de fala, mostrar como é importante essa batalha contra o preconceito na construção da identidade da mulher negra brasileira, para que assim este trabalho seja objeto de motivação de outras mulheres negras.

Referências Bibliográficas

Amorim, Cláudia Lanyelle Revorêdo de; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos; DANFÁ, Lassana. **Mulheres Negras e Construção de Sentidos de Identidade na Transição Capilar.** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33224920>>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

GERMANO, Idilva Maria Pires. **Aplicações e implicações do método biográfico de Fritz Schütze em Psicologia Social**. 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3ª ed. rev.amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In. RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, Intervenções e diálogos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LESSA, Luciana Falcão. **O que o racismo fez com você? Processos de resistência e descolonização de mulheres integrantes da Rede de Mulheres Negras da Bahia**. Tese Pós-Afro Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos - Universidade Federal do Sul da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <<https://repositoriohtml.ufba.br/jspui/handle/ri/32532>>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

SILVA, Andreza Lanuza Fernandes da. **Yalodê : um olhar contemporâneo sobre a mulher afro-brasileira**. 2017. 83 f. Monografia (Licenciatura em Artes Visuais), Departamento de Artes - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/38193>>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFCS, 2001.

SILVA, Keise Barbosa da. **Descolonizar e Afrocentar a Educação Infantil: Corpo Negro e Cabelo Crespo nas Experiências e Narrativas de Crianças e Professoras**. 2022. 155 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8654>>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

O DIREITO DAS MULHERES NEGRAS A SAÚDE E AS DIFICULDADES QUE ENFRENTAM NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO BRASIL

Milena Mendes dos Santos¹

Introdução

O projeto inicia-se primeiramente com o objetivo de identificar as agruras vivenciadas pelas mulheres negras no SUS, suas causas e consequências no Brasil.

Primeiramente, a pesquisa se desenvolverá a partir de uma linha histórica a partir das transformações ocorridas no Brasil e seus impactos na população negra e posteriormente uma

¹ Discente do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). E-mail: mylasantana2002@gmail.com

análise baseada na investigação da existência de políticas públicas para atender as demandas das mulheres negras, atentando-se a sua aplicabilidade e efetividade.

A mulher negra nos setores sociais e econômicos enfrentam obstáculos para o acesso, não tão diferente na área da saúde. A dificuldade que essas mulheres têm em acessar os serviços fornecidos pela rede pública, o SUS (Sistema Único de Saúde), oriunda-se principalmente de um processo sistemático e estrutural de racismo que implica no não reconhecimento da cidadania dessas e portanto no não reconhecimento dos seus direitos.

Segundo Oliveira e Kubiak (2019), na esfera da saúde, o racismo institucional provoca grandes diferenças no processo de cuidado com doenças predominantemente negras, como, por exemplo, a anemia falciforme. O racismo institucional está presente também na prestação de serviços: sua influência vai desde a privação ao acesso à saúde pela população negra até a relação entre os profissionais de saúde.

Há aqueles que acreditam no mito da democracia racial, seguem a ideia de que o Brasil após a abolição da escravidão tornou-se um país igualitário que erradicou toda a desigualdade seja de raça/cor, etc. Corrêa (2022) O mito da democracia racial é convocado quando atores discutem a relevância de uma política para a saúde integral da população negra. Não propor novas estratégias é garantia de manutenção de privilégios para alguns em detrimento de outros.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva e utilizou-se o método de revisão bibliográfica integrativa. A pesquisa utilizou como metodologia a busca bibliográfica nas plataformas de busca Oasis.br, Google Acadêmico, Periódicos Capes, BDTD (*Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações*) e ScieLo (*Scientific Electronic Library Online*), a partir dos descritores buscados nas palavras chaves e no resumo dos artigos: "mulher negra e saúde", "mulheres negras e direito", "mulher negra e o SUS".

O trabalho adotou como marco temporal para a seleção de pesquisas, trabalhos realizados entre os anos de 2013 a 2023, tal marco foi escolhido tendo como ponto de partida e a justificativa na PNSIPN (*Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*), publicada em 2013 pelo Ministério da Saúde. O período da coleta de dados ocorreu entre 13 de junho a 16 de agosto de 2023.

Os artigos foram selecionados a partir de alguns critérios como: a abordagem realizada pelo SUS, pesquisas de comparação dos níveis de acesso à saúde entre mulheres brancas, pardas e pretas e a relação entre as disparidades sociais e o racismo e a subjetividade que implica na população negra, a partir destes critérios foram selecionados 10 artigos, que atendiam um ou mais dos critérios estabelecidos.

Marco teórico.

Os obstáculos que as mulheres negras enfrentam diariamente para acessar a saúde pública estão diretamente ligados às desigualdades sociais, econômicas e de gênero que são estabelecidas na sociedade a partir do racismo estrutural, fator este determinante que influencia os entraves sofridos pela mulher negra para a obtenção dos seus direitos.

Na busca para a compreensão dos níveis de acesso da população das mulheres negras, pardas e brancas, as autoras *Emanuelle Goes e Enilda Nascimento*, trazem o racismo institucional como elemento essencial para as desigualdades no acesso aos serviços preventivos de saúde.

A desigualdade não decorre da diferença individual, mas do modo como as pessoas estão organizadas socialmente, em uma estrutura hierarquizada por valores simbólicos e materiais produzida pelas variadas relações sociais e que tem como consequência a repartição não uniforme de todos os tipos de vantagens e desvantagens. As desigualdades sociais são, portanto, resultado de processos sociais, demográficos, econômicos, culturais e políticos desenvolvidos em contextos determinados social e historicamente. (GOES, Emanuelle; NASCIMENTO, Enilda, 2013, p. 572)

Seguindo a uma visão que assemelha-se a das autoras anteriores, Corrêa (2022), expõe o racismo como mecanismo que determina e seleciona aqueles que serão levados à morte, aqueles que serão privados do acesso à saúde, quem sofre com a falta de políticas públicas, a fim de manter os privilégios de determinado grupo social.

Discorrendo sobre a vulnerabilidade das mulheres negras na atenção à saúde reprodutiva e a violência obstétrica, Oliveira (2019), traz que a maioria das mulheres que relataram terem sofrido violência obstétrica são em sua maioria mulheres negras, a violência obstétrica é a violação da autonomia da mulher ao seu corpo no processo reprodutivo; essa violência pode ser manifestada fisicamente, verbalmente e sexualmente por meio de um tratamento desumanizado que inclui o abuso da medicalização e patologização de processos naturais.

O estudo feito por Lima 13 revela que apenas 12% das mulheres negras, de um total de 2.719 mulheres, e 11% das pardas, de um total de 1.1765 mulheres, presentes na amostra de 23.095 mulheres não sofreram nenhum tipo de violência no atendimento ao parto. Dentre as mulheres que sofreram violência no parto, a proibição do acompanhante no procedimento foi a violência mais praticada. A pesquisa da d'Orsi et al.17, de abrangência nacional, mostra que os percentuais de mulheres que relatam algum tipo de violência, seja ela física, verbal ou psicológica, são maiores entre pretas ou pardas, de menor escolaridade e da região do Nordeste. (OLIVEIRA, Beatriz; KUBIAK, Fabiana, 2019, p. 943)

Resultados

Dos resultados da pesquisa foram extraídos 10 artigos, onde dois deles trazem resultados de suas pesquisas referente ao acesso dos serviços do SUS em relação a mulheres negras e brancas; obtendo

em ambos a conclusão da vulnerabilidade encontrada principalmente no grupo das mulheres pretas/pardas.

Os resultados revelam que, para o nível de acesso considerado bom, as mulheres brancas representam 15,4%, enquanto as negras correspondem por 7,9% (Goes, 2013). Diante dos resultados obtidos a partir dos outros artigos foi possível identificar outros elementos como fator que influencia a restrição aos serviços da saúde, como as desigualdades econômicas, ambientais e culturais.

No estudo, podem-se identificar as características sociais e demográficas como influenciadoras do acesso das mulheres aos exames preventivos de saúde, pois, quanto melhor a renda, nível de instrução e ocupação no mercado de trabalho melhor o acesso. (GOES; NASCIMENTO, 2013, p. 576)

Outros dois artigos que realizaram pesquisas em determinados estados, sendo eles, Bahia, Maranhão e um na cidade de Brasília, conclui-se que a população das mulheres negras estão mais expostas aos atos de sexismo, racismo, discriminação que criam barreiras ao acesso a saúde e mesmo quando há um mínimo acesso a esses serviços sofrem algum tipo de violência no processo de atendimento as suas demandas. E os próximos cinco artigos trazem uma relação do direito, saúde reprodutiva, saúde mental das mulheres negras, racismo e suas relações na sociedade moderna, como um reflexo da sociedade escravagista do Brasil colônia.

Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) seja universal, igualitário e equânime, com garantia constitucional conferida a todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua cor/raça, sexo ou qualquer outra característica, sua aplicabilidade ideal ainda está distante, devido a fatores de contexto histórico, cultural e político (Goes; Nascimento 2013).

Evidenciando assim que fatores associados às desigualdades de gênero, raça/cor, econômica determinam as disparidades sociais, seus níveis de acesso aos serviços fornecidos pelo estado e seu tratamento diante da sociedade.

Palavras-chave: Direito; Mulheres negras; racismo; saúde pública.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, Roseane Maria. **“Cumé que a gente fica?”**: um olhar interseccional sobre saúde da mulher negra. Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2022, 118 f.

GOES, Emanuelle Freitas; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 571-579, out/dez 2013.

OLIVEIRA, Beatriz Muccini Costa; KUBIAK, Fabiana. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 122, p. 939-948, jul-set, 2019.

**INTERSECCIONALIDADE E DIREITO: A APLICABILIDADE DA
INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO SOB O PROTOCOLO
PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ): NOS CASOS DE FURTO FAMILÍCO COMETIDO
POR MULHERES NEGRAS.**

Sara de Almeida Santos¹

Objetivo da pesquisa

O objetivo central desta pesquisa é analisar e reescrever uma decisão judicial de furto famélico cometido por uma mulher negra, considerando o novo protocolo do CNJ, através de uma visão interseccional;

Metodologia

Para a realização dessa pesquisa, será feita uma revisão bibliográfica integrativa (Souza MT, Silva MD, Carvalho R, 2010) serão selecionados artigos científicos, publicações e livros acerca do tema, em português e em inglês, nas bases de dados como Google Acadêmico, SCIELO, Portal Periódicos Capes e Oasis Br, publicados no período máximo de dez anos. Após as leituras dos artigos e livros, será realizado uma avaliação de cada documento, selecionando os que forem mais coerentes ao tema para entender como o racismo estrutural opera sobre a vida de pessoas negras, especificamente, das mulheres negras brasileiras no sistema judiciário.

Marco teórico:

¹Sara de Almeida Santos, discente do curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
saraalmeida016@gmail.com

Essa pesquisa irá se aprofundar no referencial teórico acerca da interseccionalidade que atravessam mulheres negras, pobres e periféricas brasileiras, nos casos de furto famélico. Estão sendo analisados dados do período de abril de 2014 a abril de 2023, trata-se de um estudo sem muitas referências pois é pautado sob um protocolo aprovado recentemente, no início deste ano, com isso, não possui uma vasta coleção de referências bibliográficas.

Resultados

É esperado compreender os impactos, efeitos e consequências do racismo estrutural e institucional, através da reescrita de 2 decisões judiciais de furtos famélicos cometidos por mulheres negras. Para além disso, entender seu modus operandi através do sistema judiciário brasileiro, aprofundi os conhecimentos sobre como o protocolo do CNJ pode mudar futuras decisões judiciais através da interseccionalidade como ferramenta analítica:

Uma análise da noção de interseccionalidade proposta no protocolo para julgamento com perspectiva de gênero à luz do conceito de interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw

Depois de muito pensar sobre como a interseccionalidade proposta no protocolo do CNJ pode ser positiva e efetiva na hora de julgar os casos em geral mas especialmente os de furto famélico que por sua vez, é comumente cometido por mulheres negras em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Concluo que nada melhor do que começar essa pesquisa analisando o conceito de interseccionalidade que foi entendido pelo CNJ à luz de Kimberlé Crenshaw.

O protocolo do CNJ em questão, propõe uma série de narrativas de cunho explicativo relacionadas a gênero voltadas para magistrados, tornando-se obrigatório serem consideradas este ano, em 2023. Ao adentrar o protocolo encontra-se um tópico denominado como “Interseccionalidades” que irá discorrer sobre gênero e como a interseccionalidade de discriminações opera no Brasil, reconhecendo que mulheres negras estão na encruzilhada das avenidas do preconceito (Crenshaw, 2018) e que são estatisticamente mais afetadas em relação ao feminicídio por exemplo. Ao reconhecer este fato o protocolo busca aprofundar nos diversos tipos de recortes sociais que podem ser encontrados no Brasil relacionados a violência de gênero, dentre eles, mulheres trans e travestis, mulheres indígenas, quilombolas e mulheres com deficiência, ao mesmo passo em que o protocolo reconhece os diferentes tipos de recortes sociais afetados com mais de uma discriminação, traz também dados comprobatórios e cita veementemente o CEDAW (Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres) relacionando sua existência a uma das recomendações gerais do próprio CEDAW.

Por fim, o protocolo exige urgência aos magistrados e magistradas para que se atentem aos diversos recortes sociais que um único indivíduo pode ser atravessado a fim de que a justiça não colabore para a manutenção de desigualdades e entenda que existe um sistema de opressão que exclui determinados grupos ao acesso à direitos básicos.

Para Kimberlé o conceito Interseccional é mais profundo, posto que, existem muito mais variações de interseccionalidades que por sua vez resultam em diversos tipos de discriminações sobrepostas, o ponto é, não é tão raso quanto foi proposto e descrito pelo protocolo do CNJ mas já é um avanço! O fato do Brasil ter reconhecido através deste protocolo a existência da interseccionalidade de discriminações é um belo passo para entender cada vez mais como a perpetuação de desigualdades opera. Entretanto, ainda é essencial parar de olhar para as violências de raça e gênero

como assuntos tratados separadamente, pois normalmente eles são executados em conjunto. A interseccionalidade de discriminações não precisa ser só um lugar de vulnerabilidade e desproteção para quem é vítima, pode ser também ferramenta de estudo para fazer com que nossas práticas políticas sejam mais assertivas e equânimes.

Referências Bibliográficas

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.

Cruzamento: **Raça e gênero**, v.1, p.7-16, 2002

Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2295749&forceview=1>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Protocolo para julgamentos com perspectiva de gênero 2021**. Brasília: CNJ, [2021].

Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>

SOUZA, Silva, Carvalho. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, p. 102-6, 2010

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>

GT 4 – CULTURA DE RUA E SABERES DESCENTRADOS – 50 ANOS DE HIP HOP

ANÁLISE DAS RIMAS DE RAPPERS FEMININAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VOZ, PALAVRA E POESIA.

Luyana Adrielle Almeida Ladislau¹

Johnatan Machado Morais²

Franciane Farias da Silva³

Na construção de entendimento poético, buscamos apreender as dinâmicas socioculturais, através da experiência discursiva, das narrativas rimas e composições de rappers femininas (cis ou trans) das Regiões Administrativas (RA) do Distrito Federal (DF). As rimas e a poesia expressam a

¹Estudante de Letras, Grupo PET-Conexões, Universidade de Brasília - UnB, Campus Darcy Ribeiro, ladislau.luyana@gmail.com

² Estudante de Pedagogia Grupo PET-Conexões, Universidade de Brasília - UnB, Campus Darcy Ribeiro, johnatanmorais12@hotmail.com

³ Estudante de Ciências Sociais, Grupo PET-Conexões, Universidade de Brasília - UnB, Campus Darcy Ribeiro, francianesilva012@gmail.com

compreensão micropolítica da dimensão sociocultural dessas artistas que, tanto em sua vida cotidiana quanto em sua participação na esfera pública, desempenham uma função de reivindicação social. Ao seguir os pensamentos de bell hooks(2021), evoca-se a procura por equidade e justiça social como partes integrantes dos discursos de resistência e da declamação por lutas por mudanças sociais,tendo o amor como agência dessa força que rompe padrões tidos como hegemônicos. Desse ponto de partida, a pesquisa se foca em estudar o arcabouço sociocultural e semântico contido nas letras de músicas do nosso recorte analítico. Ao apropriar-nos do conceito de interseccionalidade como fundamento teórico,delineada por Akotirene (2019), entendemos que ele fala das complexas interações entre várias categorias sociais, como raça, classe social e afetividades. Esse pressuposto expressa que a musicalidade das mulheres rappers atua como agente social portador de suas próprias subjetividades.

Objetivos da Pesquisa

A pesquisa tem por objetivo central a investigação semântica e socioepistêmica das letras de rap produzidas por artistas femininas à luz da interseccionalidade como instância analítica. Pretendemos, assim, compreender a vivência de gênero dessas artistas por meio de suas rimas e poética.

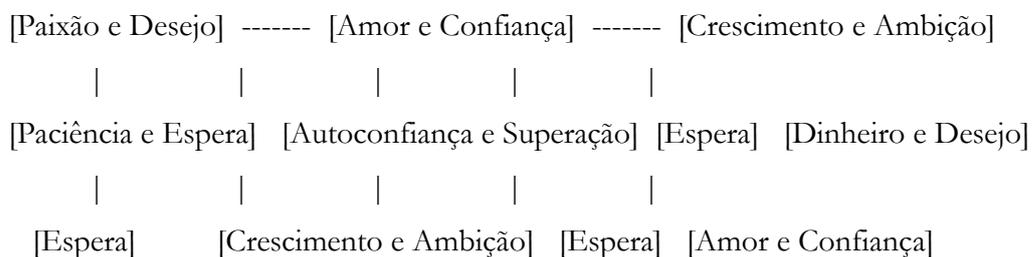
Metodologia

A metodologia adotada nesta pesquisa envolveu a análise das composições líricas produzidas por três mulheres negras, rappers, das RA do DF, aplicando-se o conceito de interseccionalidade, conforme delineado por Akotirene (2019), visando levantar as complexas interações entre diversas categorias sociais onde elas vivenciam seu cotidiano. A análise desses dados possui caráter qualitativo e o corpus textual com as composições das artistas foi submetido ao *software* Wordclouds para geração de nuvem de palavras e no *software* GitMind para criar o fluxograma poético. As ferramentas nos forneceram o estudo comparativo das estrofes rítmicas.

Tabela 1: **Listagem das composições analisadas e respectivas suas compositoras**

Rappers	Composição	Cena no Rap
BellaDona	Madame	Brazlândia - DF
Floras Mattos	Esperar o Sol	Brasília- DF
Flor Furacão	Pisa	Santa Maria - DF

Fluxograma das temáticas retiradas das Composições:



A construção desse fluxograma foi realizada através das análises de discurso e categorizada por meio do GitMind.

Marco Teórico

As composições rítmicas das rappers constroem, enquanto mecanismos de significados, a ponte entre os mundos de suas subjetividades, paixões e suas reivindicações sociais. E os elementos modeladores de suas trajetórias, pois buscam conhecimento e reconhecimento. As músicas carregam a sabedoria dessas mulheres, transmitindo-as ao mundo através de suas experiências e das representações que permeiam suas vivências. Essa sabedoria tem suas raízes nas comunidades onde são nutridas pelos afetos, enquanto enfrentam os desafios impostos pela intencionalidade de suas identidades dentro da sociedade (AKOTIRENE,2019). Dito isso, passamos agora à apresentação e análise semântica das músicas selecionadas. Elas compartilham tanto o RAP quanto temáticas de suas vivências, como o desejo por uma vida melhor, a forte presença da ancestralidade, pertencimento e a celebração da vida com amor (HOOKS,2021). Esses temas, até certo ponto, desafiam as expectativas convencionais associadas ao rap, um gênero musical que ainda é frequentemente estigmatizado por suas origens dentro da contracultura.

Resultados

Ao aprofundarmos nossa análise das músicas selecionadas e suas conexões com as experiências das mulheres, são fornecidas as bases necessárias para uma compreensão mais profunda dos temas explorados nas canções. Esse enriquecimento contribui para uma poesia mais abrangente e contextualizada, que está diretamente alinhada com as experiências e desafios enfrentados por essas artistas. Dessa maneira, as composições falam de suas experiências como mulheres (trans e cis) e suas bagagens de formação sociocultural de modo sólido em sua arte.

Elas falam sobre aguardar algo, especificamente o sol, em um contexto onde a estrada ainda não exige/permite ação. Isso pode ser interpretado como uma metáfora para a paciência na vida, onde há momentos em que não é necessário agir imediatamente. Em ambos os casos, as letras de música refletem aspectos sensoriais dessas mulheres em sociedade.

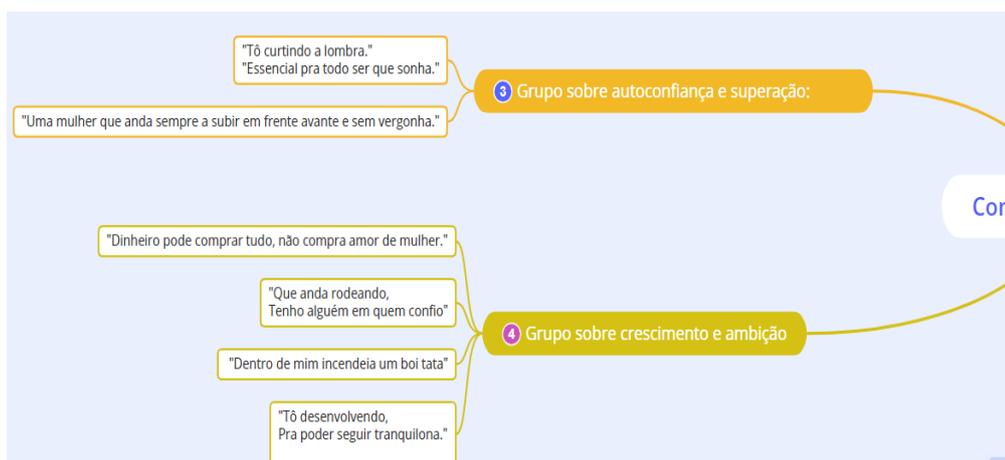


Figura 3: Parte 2 Fluxogramas de rimas e poesia. Fonte: Elaboração Própria,2023

O terceiro (autoconfiança e superação) e o quarto (crescimento e ambição) grupos estão intimamente ligados, pois conversam sobre a capacidade dessas artistas em articularem superação material e mobilidade social. Será através de suas rimas que irão alcançar seus sonhos almeçados e representados pelas vozes. É uma clara crítica ao acúmulo de riqueza do sistema capitalista que, muitas vezes, compreende seus corpos como dissidentes na macroestrutura. A poética ritmada faz a reflexão sobre o poder monetário não possuir a capacidade de macular seus afetos, com ênfase na importância do amor e das relações humanas, independentemente de riqueza material (hooks,2021). A musicalidade, as rimas e a poética dessas *rappers* estão repletas de espírito crítico, refletem suas interações com as comunidades de onde vêm e a ansia de modificar a estrutura social opressora. Por meio das rimas, expressam, de maneira intimista, a experiência de ser mulher, imprimindo suas identidades na realidade social. A voz é mecanismo de reivindicação por direitos fundamentais e subjetivos tal qual marcador de sua (re)existência. Além disso, o engajamento individual delas é moldado e organizado pelos afetos, pelas emoções e pelo cuidado com a saúde. Esses elementos, em sua dinâmica sociocultural, se alinham com a busca da emancipação de seus corpos e com a efetiva mudança social.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.288.p.

hooks, bell. **Tudo Sobre o Amor:** Novas Perspectivas. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2021. 275.p